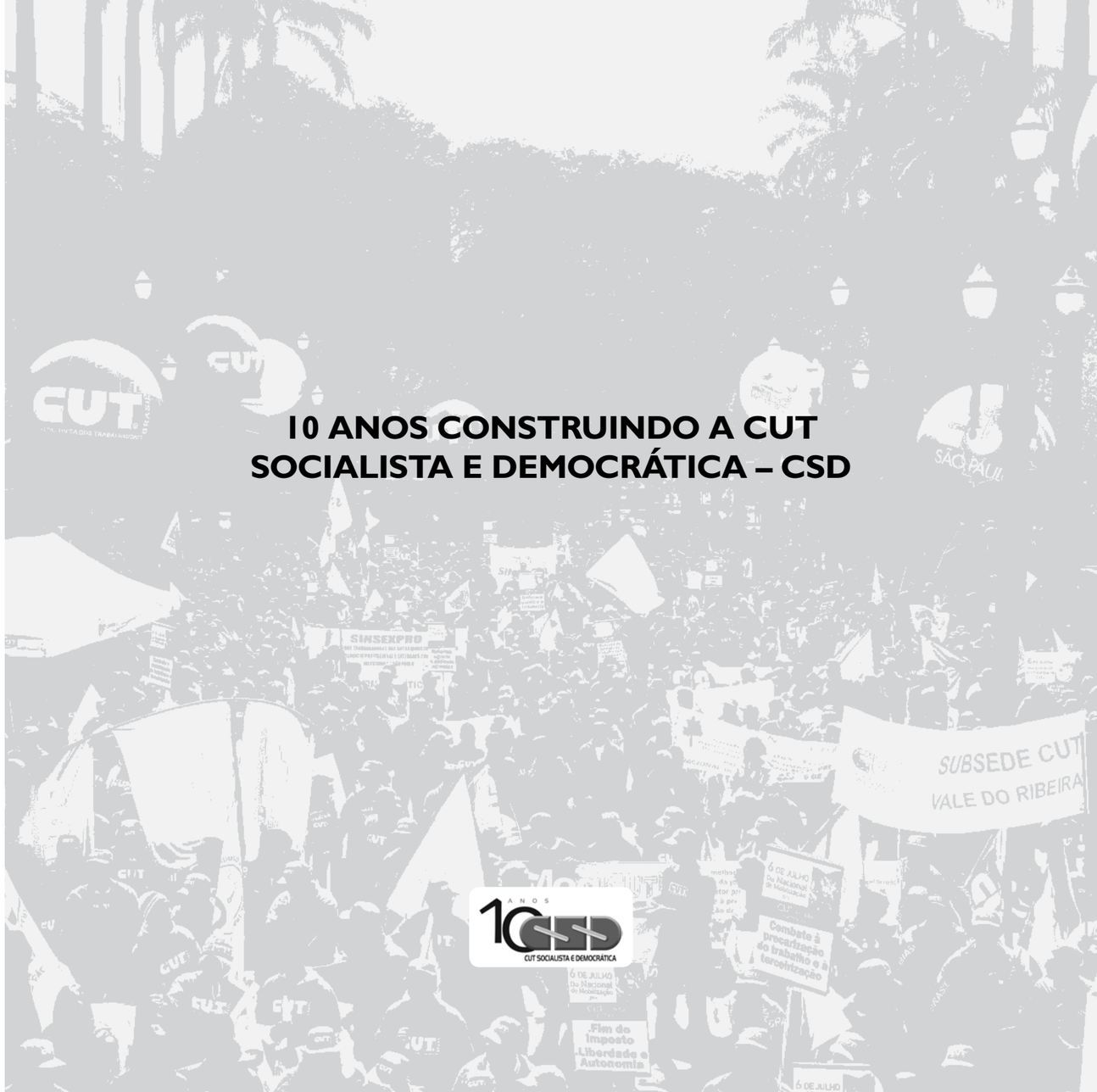
10 ANOS

CONSTRUINDO A CUT SOCIALISTA E DEMOCRÁTICA – CSD

10 ANOS CONSTRUINDO A CUT SOCIALISTA E DEMOCRÁTICA – CSD



MUNDO GRANDE
Carlos Drummond de Andrade

Não, meu coração não é maior que o mundo.
É muito menor.
Nele não cabem nem as minhas dores.
Por isso gosto tanto de me contar.
Por isso me dispo,
por isso me grito,
por isso freqüento os jornais, me exponho cruamente
nas livrarias:
preciso de todos.

Sim, meu coração é muito pequeno.
Só agora vejo que nele não cabem os homens [mulheres].
Os homens [mulheres] estão cá fora, estão na rua.
A rua é enorme. Maior, muito maior do que eu esperava.
Mas também a rua não cabe todos os homens [mulheres].
A rua é menor que o mundo.
O mundo é grande.

Tu sabes como é grande o mundo.
Conheces os navios que levam petróleo e livros, carne e
algodão.
Viste as diferentes cores dos homens [mulheres],
as diferentes dores dos homens [mulheres],
sabes como é difícil sofrer tudo isso, amontoar tudo isso
num só peito de homem [mulher]… sem que ele estale.

Fecha os olhos e esquece.
Escuta a água nos vidros,
tão calma, não anuncia nada.
Entretanto escorre nas mãos,
tão calma! Vai inundando tudo…
Renascerão as cidades submersas?
Os homens [mulheres] submersos [as] – voltarão?

Meu coração não sabe.
Estúpido, ridículo e frágil é meu coração.
Só agora descubro
como é triste ignorar certas coisas.
(Na solidão de indivíduo
desaprendi a linguagem
com que homens [mulheres] se comunicam.)

Outrora escutei os anjos,
as sonatas, os poemas, as confissões patéticas.
Nunca escutei voz de gente.
Em verdade sou muito pobre.

Outrora viajei
países imaginários, fáceis de habitar,
ilhas sem problemas, não obstante exaustivas e
convocando ao suicídio.

Meus amigos foram às ilhas.
Ilhas perdem o homem.
Entretanto alguns se salvaram e
trouxeram a notícia
de que o mundo, o grande mundo está crescendo todos
os dias,
entre o fogo e o amor.

Então, meu coração também pode crescer.
Entre o amor e o fogo,
entre a vida e o fogo,
meu coração cresce dez metros e explode.
– Ó vida futura! Nós te criaremos.

(com liberdade poética do feminismo)

© CUT Socilista e Democrática 2012

ORGANIZAÇÃO
Anderson Campos

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

letra e imagem

10 anos construindo a CUT socialista e democrática: CSD / organização: Anderson Campos. — 1. Ed. – Rio de Janeiro : Letra e Imagem, 2012.
64p. : il. ; 17x19 cm.
ISBN 978-85-61012-03-8 (broch.)

1. Ciências Sociais. 2. Central Única dos Trabalhadores - História. I. Título. II. Campos, Anderson.

CDD 300

SUMÁRIO

Resolução da IV Conferência Nacional da CUT Socialista e Democrática – CSD 7
Em meio à crise mundial do neoliberalismo, um novo ciclo de desenvolvimento no Brasil 7
A CUT na construção do bloco histórico da revolução democrática 10
CSD: 10 anos construindo a CUT para a nova fase da luta de classes 24

Resoluções específicas

Igualdade é o mínimo! 35
Convenção cutista precedida de prévias na base 39
10% do pib para investimento em saúde pública e universal 40
Consolidação do PSPN 41
Teatro do Oprimido na ação sindical 42
Resolução da IV Conferência Nacional da CSD sobre a construção da corrente no Rio Grande do Sul 43

Anexos

Resolução da III Conferência Nacional da CSD 45
Capítulo v - a atualização da concepção sindical cutista 45
Entrevista: Rosane Silva fala sobre os 10 anos da csd 52
O papel da CUT no aprofundamento das conquistas democráticas 55
Coordenação nacional da CSD (2012-2015) 63

RESOLUÇÃO DA IV CONFERÊNCIA NACIONAL DA CUT SOCIALISTA E DEMOCRÁTICA – CSD

I. Em meio à crise mundial do neoliberalismo, um novo ciclo de desenvolvimento no Brasil

1. O neoliberalismo, como projeto hegemônico, atingiu um patamar de crise sem precedentes em escala internacional. A redução da capacidade de dominação desse projeto está refletida no desgaste da sua legitimidade, na maior fragilidade de direção do imperialismo e na falta de coesão política para apresentar um programa que responda às situações impostas pela da crise mundial.

2. A crise de perspectivas da social-democracia europeia é resultado direto da opção de integração de cunho hegemonicamente liberal. Os movimentos sociais europeus e o sindicalismo, em particular, encontram-se em situação muito defensiva. As mobilizações, cada vez mais crescentes, buscam segurar conquistas históricas e defender-se diante das imposições por ajustes fiscais, por cortes em investimentos sociais e por redução de direitos dos trabalhadores. A esquerda europeia não tem conseguido apresentar-se como alternativa política em seus países, ocorrendo resultados eleitorais favoráveis à direita e consequentes opções ultranacionalistas, xenófobas e até fascistas.

3. A democracia – principalmente as democracias europeias – está fortemente ameaçada pela ânsia devastadora do capital em busca da sobrevivência do sistema. As soberanias nacionais e o poder decisório dos seus povos são descartados diante da imposição autoritária do centro de poder do mercado europeu. Os novos primeiros-ministros da Itália e da Grécia são oriundos do Banco Goldman Sachs. Não há mais intermediários; agora, a gestão dos governos nacionais é direta dos funcionários do mercado financeiro. Um novo tipo de ditadura do capital tem sido forjado em nome do euro.

4. Por sua vez, o fortalecimento dos movimentos sociais e forças de esquerda na América Latina parece criar um período histórico novo no qual as novas dinâmicas políticas e sociais emancipatórias e as novas agendas progressistas têm sua centralidade imediata no Sul do mundo.

5. O caráter progressista de diversos governos latinoamericanos pode ser apresentado pela capacidade de promover a soberania nacional, a democracia popular, a elevação da renda do trabalho e geração de empregos, de ruptura com o neoliberalismo em seu conjunto e de se posicionar criticamente à ordem mundial que levou à mais recente crise econômico-financeira ao redor do globo e no centro do capitalismo desenvolvido.

6. No caso brasileiro, é importante recordar que, quando o comportamento econômico do país estava sob orientação do neoliberalismo, nossa inserção internacional ocorria de forma passiva e subordinada. Com efeito, cada instabilidade externa produzia em nosso país a interrupção da expansão produtiva, com profundas consequências sociais negativas (desemprego, pobreza, informalidade, redução dos gastos sociais).

7. O crescimento econômico do período neoliberal (anos 1990) manteve-se em 2,3% de média anual do PIB. A opção neoliberal, diante de tal estagnação, foi o ajuste fiscal permanente: contingenciamento do gasto público, privatização do setor produtivo estatal, elevação da carga tributária.

8. O Governo Lula iniciou a transição do neoliberalismo para o modelo próximo ao social-desenvolvimentista. É um novo tipo de desenvolvimento que tem sido gestado. O Estado passou a fazer parte da solução dos problemas. Reafirmou-se a soberania nacional, reorientou-se a inserção internacional, formou-se uma significativa reserva cambial, redirecionou-se o comércio externo e foi estabelecida uma dinâmica de cooperação técnica para o âmbito das relações entre os países do Sul. Houve ampliação do gasto social de 19% para 22% do PIB, com a inclusão de mais de um terço da população brasileira em programas de garantia mensal de renda. Os bancos públicos assumiram importante papel com o fornecimento de crédito mais barato e com o financiamento público de obras de infraestrutura social.

9. Há um evidente contraste entre o Brasil da década de 1990 e este que vivemos atualmente. Aquela década viveu um dos piores desempenhos socioeconômicos de todo o século XX.

10. O Governo Lula reformulou o papel do Estado como estratégico para a reconstrução de um projeto de desenvolvimento econômico com distribuição de renda. Devemos destacar os seguintes movimentos:

a) a elevação dos investimentos públicos em infraestrutura e energia (PAC) e o reforço das empresas e bancos estatais; b) a recomposição da remuneração do emprego e do funcionalismo público; c) a criação de novas empresas públicas para o desenvolvimento da economia nacional (casos da Empresa Brasil de Comunicação; Empresa de Transporte Ferroviário de Alta Velocidade; uma empresa responsável pela administração das bacias do São Francisco (Codevasf); a Empresa de Pesquisa Energética; a Pré-Sal Petróleo S. A.; a Petrobrás Biocombustíveis; a Hemobrás, que fabrica hemoderivados; e até uma fábrica de chips – semicondutores); d) a valorização do ensino técnico e superior públicos, ampliação do número de escolas técnicas e das universidades federais.

11. O compromisso estratégico de retomada do emprego nacional ao lado dos esforços de melhor repartição da renda nacional constituíram as principais ferramentas para enfrentamento da pobreza e da desigualdade de renda. A geração de empregos resultantes da nova opção da economia nacional foi capaz de absorver os trabalhadores ingressantes e parte dos que estavam desempregados. Houve queda absoluta e relativa da pobreza no Brasil, apesar de permanecermos com elevada concentração de renda.

12. Ênfase fundamental deve ser dada àquilo que foi resultado da maior negociação salarial do mundo: a Política Nacional de Valorização do Salário Mínimo. A partir de acordo conquistado entre as centrais sindicais – CUT à frente – e o Governo Lula, os reajustes e aumentos deixaram de ser negociados a cada ano e foi estabelecida uma regra de longo prazo para sua valorização. Os reajustes passaram a ser calculados pela inflação ocorrida desde o reajuste anterior e os aumentos pela variação do PIB do ano anterior ao último. Os aumentos do salário mínimo têm impacto na redução da desigualdade, na diminuição da pobreza, na melhoria de vida dos idosos e, também, na dinamização do mercado de consumo interno e na redução das desigualdades regionais. O salário mínimo protege os trabalhadores sem poder de organização e barganha salarial; por outro lado, impulsiona muitas categorias organizadas para pressionar em negociações salariais vitoriosas.

13. A transição do neoliberalismo para o social-desenvolvimentismo permitiu que o Brasil pudesse iniciar a retomada de uma sociedade salarial. Trata-se de um quadro social fortemente impulsionado pelo avanço do emprego assalariado, especialmente com carteira assinada. O novo ciclo de desenvolvimento nacional permitiu a ampliação generalizada do consumo popular, sobretudo no terço de menor renda.

14. A eleição da companheira Dilma Roussef corresponde a um novo período político marcado por dupla possibilidade: a plena superação do neoliberalismo e a construção de nova hegemonia no Brasil sob a

direção dos socialistas democráticos. A nova hegemonia resultará da construção e realização do programa da revolução democrática.

15. Vivemos uma nova condição histórica que é definida pela necessidade de construirmos um programa que abarque o conjunto das transformações em curso no Estado e na sociedade, imprimindo-lhe um sentido radicalmente democrático.

16. A CUT compõe o bloco histórico de forças políticas e sociais que deve assumir, progressivamente, a direção do desenvolvimento desse processo e de construção desse programa.

17. Chamamos de revolução democrática o conjunto do processo que considera o acúmulo das vitórias, o sentido democrático e a natureza desse bloco histórico, tendo a classe trabalhadora como eixo – e seu objetivo de constituir uma dinâmica favorável à transição socialista.

II. A CUT na construção do bloco histórico da revolução democrática

18. O capitalismo é antidemocrático, portanto, toda a luta democrática deve ter vocação anti-capitalista. A revolução democrática estabelece uma dinâmica social, uma lógica e uma relação histórica permanente com a sociedade socialista democrática que sonhamos e lutamos por construir. Porque é um processo dirigido por um partido do socialismo democrático, porque se apóia nos processos de emancipação dos trabalhadores e dos oprimidos, como os negros, as mulheres e os LGBTs, porque é crítico e alternativo aos valores liberais, ao modelo predador da natureza, à supremacia do poder dos capitalistas na democracia brasileira e porque é solidário com as lutas dos povos oprimidos de todo o mundo.

19. O processo da revolução democrática é o meio através do qual vão se construindo novas legitimidades e novas bases sociais, novos padrões regulatórios públicos na economia e capacidades de governo que, juntos, podem catalisar mudanças estruturais nas correlações de forças.

20. Trata-se, com efeito, de imprimir uma cultura e prática do socialismo democrático às próprias forças de emancipação dos/as trabalhadores/as e do povo brasileiro. Situa-se aqui o papel do sindicalismo combativo hegemonizado pela CUT e sua relação internacional. A CUT faz parte do bloco histórico da revolução democrática, ao influenciar a disputa por um novo Estado no Brasil, sua democratização, sua visão de desenvolvimento e ao legitimar-se como liderança social de um novo protagonismo popular.

21. Temos um alvo fundamental a atingir: superar a natureza liberal do Estado brasileiro, que mantém a correlação de forças fortemente favorável à classe dominante. A natureza liberal do Estado brasileiro é formada pelos privilégios rentistas, mercantis, tributários, patronais e de propriedade, patriarcais e racistas, formados na ausência ou na mitigação do princípio da soberania popular, em geral avessos aos princípios republicanos mais fundamentais.

22. A natureza liberal do Estado brasileiro, após oito anos do governo Lula, fica evidenciada no peso e influência que tem o capital financeiro, núcleo das classes dominantes brasileiras. Nos anos Lula, os bancos continuaram acumulando recordes nas taxas de lucratividade. O Banco Central continua restringindo suas decisões em função estritamente da estabilidade inflacionária. A gestão da moeda e dos juros afeta o conjunto das atividades econômicas e do desenvolvimento social. É fundamental que a mais importante instituição do sistema financeiro nacional incorpore em suas ações a preocupação com o crescimento e o emprego. Devemos destacar a política de incentivo a Parceria Público Privado (PPP), a concessão dos aeroportos, além do avanço da terceirização e privatização da seguridade social (saúde, previdência e assistência social), através de Oscips, OS, Cooperativas e Fundações, construídas desde governos municipais e estaduais.

23. O sindicalismo combativo CUTista pode contribuir com o desenvolvimento de uma cultura política do socialismo democrático e, assim, legitimar a dinâmica da revolução democrática, à medida que tem o potencial de: a) unificar numa mesma plataforma as lutas por igualdade em suas dimensões econômica, social e política; b) pressionar o Estado a assumir uma política econômica da democracia participativa; c) propor uma nova relação entre a classe trabalhadora e o Estado; d) dirigir as lutas pela estruturação das condições de uma opinião pública democrática; e) fortalecer o caráter internacionalista da revolução democrática. Trata-se de aprofundar a proposta de uma plataforma para o país, que não se restrinja aos períodos eleitorais.

24. Em um processo de transição do neoliberalismo e a construção do socialismo democrático torna-se imprescindível que seja alterado o atual modelo de produção e consumo, baseados em uma visão consumista, individualista, dependente das transnacionais, social e ecologicamente insustentável. A inserção desse tema na agenda de lutas sociais e na ação política governamental tem como objetivo a redefinição das prioridades de produção, de modo a que o Brasil supere sua atual matriz extrativista-exportadora. Nossos esforços devem ser direcionados para um novo modelo de desenvolvimento que tenha como prioridade o bem estar coletivo e a sustentabilidade sócio-ambiental. As tradições do

ecossocialismo são, pois, fundamentais para fazer a crítica radical do atual paradigma e criar alternativas de vida social ecologicamente sustentáveis.

25. Queremos uma alternativa de civilização ao capitalismo, a ser construída com o povo brasileiro, democraticamente, que promova os direitos à igualdade, que saiba construir novos modos de organizar a vida social para além da mercantilização e do autoritarismo do capital.

26. A natureza liberal do Estado brasileiro deve ser substituída por outras fundamentações, que permitam construção de um Estado da Solidariedade, Feminista e Multiétnico, orientado pelos valores do socialismo democrático.

A) UNIFICAR NUMA MESMA PLATAFORMA AS LUTAS POR IGUALDADE EM SUAS DIMENSÕES ECONÔMICA, SOCIAL E POLÍTICA

27. Relacionar como partes de uma mesma luta as dimensões econômicas, sociais e políticas, significa consolidar um sindicalismo anti-corporativo e libertário. Desde a sua fundação, a CUT traz para o centro do seu programa a compreensão de que a luta econômica não encerra a luta política. Os ganhos salariais, nesse sentido, não concluem a luta sindical. De outra forma, tais ganhos contribuem para legitimar o questionamento ao imperialismo, à hegemonia capitalista e às diversas formas de opressão.

28. É essa concepção sindical que permite relacionar a luta econômica com a busca de igualdade social e política. O feminismo, a igualdade étnica e a livre orientação sexual não são apêndices do programa, mas partes constitutivas dele, sem os quais as transformações de cunho socialista perdem sua dimensão democrática, porque não é igualitária.

29. A presença massiva das mulheres no mercado de trabalho explicita a tensão gerada pela utilização do tempo das mulheres como um recurso elástico e inesgotável.

30. Políticas afirmativas dos direitos das mulheres, nas dimensões privadas e públicas, devem ser incorporadas à construção feminista deste Estado solidário, rompendo as cadeias opressivas do patriarcalismo. Isso significa, necessariamente, a defesa da autodeterminação e autonomia das mulheres sobre seus corpos e suas vidas, garantindo o direito ao aborto. Para tanto, este forte estímulo à participação das mulheres na política e na construção partidária e sindical, precisa ser acompanhado de ações afirmativas, transformadas em políticas públicas e adequações das estruturas partidária e sindical, que permitam a responsabilidade do conjunto da sociedade com a reprodução e criação de seus descendentes, deixando de sobrecarregar apenas mães e/ou pais/cuidadores.

31. A população LGBT sofre diariamente não apenas a segregação, mas também seu extermínio em decorrência de crimes de ódio. Os/as LGBTs são excluídos/as do convívio social, do convívio familiar, das vivências escolares/acadêmicas, do mercado de trabalho e da priorização das políticas públicas. São necessárias políticas públicas contra a homofobia e a violência homofóbica (que hoje atinge níveis alarmantes no país) a aprovação da igualdade jurídica entre cidadãos homossexuais e heterossexuais, a criminalização da homofobia e o enfrentamento a posturas religiosas que coloquem em risco o principio laico e republicano do Estado Brasileiro.

32. A formação da sociedade brasileira foi marcada por uma relação assimétrica entre grupos étnico-raciais distintos. Frente à dinâmica de um modelo de produção que durante mais de 300 anos utilizou negros e negras como mão de obra escrava, o desenvolvimento capitalista brasileiro apropriou-se da exclusão social dos negros/as para garantir maior heterogeneidade no interior da classe trabalhadora brasileira. A transição da ordem senhorial escravista para a ordem social competitiva não integrou negros e negras igualmente aos trabalhadores assalariados. Esse processo histórico tem no racismo um importante elemento estruturante nas relações sociais. O racismo objetiva determinar o lugar da população negra na sociedade conferindo desvantagens no acesso aos direitos, subjugando a posições subalternas e negando o acesso a oportunidades. O que define a situação da população negra na sociedade não é apenas o racismo, mas um modelo de desenvolvimento patriarcal, liberal e preconceituoso.

33. A luta pela institucionalização da igualdade, de fato, dos direitos dos negros e negras e da garantia do exercício pleno da cidadania visando promover novas relações sociais é resultante da compreensão de uma necessária recomposição política e econômica do Estado a partir do aprofundamento do seu caráter democrático. Superar o racismo, reparar distorções históricas, como por exemplo, construindo a política de inclusão por meio de cotas e promover a igualdade entre negros/as e não negros/as resulta da ampla compreensão de que as dimensões classistas e antirracistas são elementos centrais e combinados na luta política que travamos na sociedade.

34. O Brasil deve viver pelos próximos anos uma situação demograficamente conhecida como de oportunidade, na qual o padrão de envelhecimento da população ainda não é dominante, mas o crescimento demográfico já diminui bastante, fazendo com que a grande maioria das pessoas esteja em

www.cut.org.br

idade produtiva e possam contribuir ativamente para a construção deste gigantesco esforço histórico. O Estado orientado por essa perspectiva deve ampliar a proteção social sobre a imensa massa juvenil, garantindo o direito de jovens concluírem sua formação acadêmica ou técnico científica antes de entrarem no mercado de trabalho. A emancipação de jovens é a sua não dependência do trabalho para fins de sobrevivência. O Estado deve assumir, assim, a proteção da juventude diante da demanda pela exploração do trabalho juvenil.

35. Este processo de universalização da cidadania no Brasil, programaticamente concebido a partir dos princípios da desmercantilização da vida, da afirmação dos direitos das mulheres, dos LGBTs e dos negros, da conquista da emancipação juvenil, da democracia dos trabalhadores, deve ser concebido como o próprio processo de auto-formação do povo brasileiro.

B) PRESSIONAR O ESTADO A ASSUMIR UMA POLÍTICA ECONÔMICA DA DEMOCRACIA PARTICIPATIVA

36. É absolutamente estratégico para a soberania popular que o Estado assuma uma política econômica da democracia participativa, constituindo bases plenamente democráticas de um projeto de desenvolvimento sustentável. O planejamento democrático, o setor público hegemonicamente fortalecimento e a soberania popular são partes centrais da política econômica da democracia participativa.

37. Na economia, as diretrizes da revolução democrática devem trabalhar com as noções centrais de planejamento democrático e economia pública. O planejamento democrático é exatamente a forma através da qual se procura vincular as metas econômicas às escolhas democráticas de um povo, seja na garantia de sua soberania econômica, nas prioridades definidas do desenvolvimento, na forma como o investimento e o avanço científico-tecnológico é produzido e apropriado, através da afirmação do princípio da valorização do trabalho que organiza a vida da maioria ou através da garantia da distribuição mais eqüitativa possível dos bens e serviços produzidos. Inserida em um contexto capitalista, submetido a todo tipo de constrangimento sistêmico, imposto pela dinâmica dos grandes capitais nacionais e forâneos, tal planejamento democrático só pode ser construído a partir de uma perspectiva de economia pública.

38. São seis os desafios principais colocados a uma construção histórica do planejamento democrático e da economia pública no Brasil: o avanço na construção da soberania nacional; a definição e identificação das áreas da economia pública; o desenho de um modelo de crescimento sustentado que seja

assentado em uma economia ecológica; a expansão para um campo macro-econômico das formas de economia solidária, capazes de construir alternativas à propriedade privada dos meios de produção; a definição de um programa estratégico para a produção agrária brasileira e, enfim, a construção de um projeto integrado e sistêmico dos direitos dos trabalhadores, ou seja, um Estado construído a partir dos valores do socialismo democrático. Para tanto, se faz necessário avançar na construção de outro paradigma econômico, superando o paradigma de mercado, através da integração das contribuições existentes da economia feminista, solidária, ecológica, resgatando os princípios da redistribuição, reciprocidade e solidariedade.

39. O Estado deve criar condições para que os trabalhadores/as tenham acesso ao controle dos meios de produção, criando uma dinâmica de empoderamento daqueles/as que vivem do trabalho. É imperativo reconhecer que a ampliação do controle dos trabalhadores/as sobre a economia, a partir de organizações coletivas autogestionárias, e o questionamento da propriedade incondicional, absoluta e exclusiva do capital sobre as estruturas produtivas, se constituem como elementos estratégicos para o avanço de um projeto socialista no âmbito do processo de revolução democrática. Reafirma-se o papel do Estado como indutor de políticas que façam avançar experiências econômicas populares e alternativas, focadas em um novo paradigma de desenvolvimento.

40. Recentemente, os assentados da reforma agrária começam a potencializar novas relações sociais de produção. Um programa de reforma agrária deve combinar-se com um projeto amplo e histórico de construção da agricultura familiar e da soberania alimentar do povo brasileiro, incorporando os valores formados nas tradições dos movimentos camponeses internacionais, incorporando elementos do feminismo e integrando metas de financiamento, investimento científico-tecnológico, produção agrária e industrial e redes de distribuição. As mulheres têm uma forte participação na produção rural. Nosso programa deve incorporar na sua centralidade a visibilidade e valorização do trabalho doméstico e do cuidado realizado pelas mulheres rurais, que se traduz na sustentabilidade. As mulheres devem ser consideradas como sujeitas ativas e capazes da economia rural, efetivando a sua autonomia econômica. Intensificaremos o debate e a luta pela reforma agrária através da Central, buscando as diversas organizações ligadas à mesma, fortalecendo, por exemplo as bandeiras como a mudança dos índices de produtividade e o combate à violência no campo.

41. A CUT, ao defender uma reforma política alternativa à democracia parlamentar e corporativa e ao questionar a hegemonia da economia privada ou mista, coloca-se coerentemente como defensora de uma nova dialética entre transformação política e econômica. Em nossa plataforma para uma reforma política democrática, constam principalmente a conquista do financiamento público de campanha e o voto em lista fechada, com paridade na representação de mulheres.

42. É a expressão democrática e auto-reformadora do princípio da soberania popular, no sentido da formação de novos direitos cidadãos ou de criação de leis mais avançadas que fica fortemente comprometida ou parcialmente neutralizada com o atual sistema eleitoral que distorce profundamente a representação do povo brasileiro. Com a vigência do atual financiamento privado das campanhas, a cada eleição renovam-se e reproduzem-se os esquemas de corrupção, vinculando financiamentos ilegais a compromissos não públicos de eleitores com suas fontes financiadoras.

43. O voto em pessoas e não em partidos é a grande arma dos políticos fisiológicos. Conforma a tradição da política brasileira segundo a qual as mudanças ocorrem não através de rupturas democráticas, mas de transições negociadas e pactuadas pragmaticamente, nas quais os atores políticos atualizam e fraudam seus posicionamentos originais na cena política.

44. A democracia participativa vai além da discussão do orçamento público. É o empoderamento popular e avanço no direito à cidade – principalmente na democratização do espaço urbano. O esgotamento das regiões metropolitanas nos obriga a pensar um novo modelo de cidade, que crie condições para a população apropriar-se dela.

45. A prática de referendos e plebiscitos sobre questões fundamentais ou de largo alcance para a vida do povo brasileiro precisa deixar de ser uma excepcionalidade. Os partidos e movimentos que se inscrevem na lógica da revolução democrática devem estar em mobilização permanente em torno da iniciativa popular de leis. As conferências nacionais temáticas precisam ganhar legitimidade para a produção das agendas das políticas públicas, de suas prioridades, de sua aplicação, alcançando inclusive um poder decisório de condicionar, co-deliberar a prática do poder soberano (talvez o estatuto democrático que melhor revele esta dimensão participativa e deliberativa seja o do próprio SUS, que prevê a participação deliberativa dos usuários e trabalhadores junto com a representação do governo). Em particular, a definição do orçamento público da união – de suas fontes de receitas, de suas prioridades de gastos, de seus planos – deve ganhar uma dinâmica crescente de publicização, gerando uma cultura crescente de participação e deliberação nacional.

C) PROPOR UMA NOVA RELAÇÃO ENTRE A CLASSE TRABALHADORA E O ESTADO

46. Há um padrão de relação entre capitalistas e classe trabalhadora, ainda vigente no país, que é mais uma evidência da natureza liberal do Estado brasileiro.

47. A sobrevida das dimensões corporativas, herdadas da Era Vargas, foi instrumentalizada à serviço de maior acumulação capitalista nos anos da ditadura militar e levada a um grau de barbarismo nos anos de chumbo do neoliberalismo.

48. Nos anos Lula, a classe trabalhadora constituiu novas dimensões de capacidade de organização e protagonismo político. Mas no Brasil do século XXI ainda lutamos contra o trabalho escravo e infantil, a proteção da vida dos trabalhadores é muito insuficiente (com intensificação dos acidentes e adoecimentos provocados pelo trabalho), o salário mínimo é ainda muito insuficiente em meio à enorme flexibilização das formas de remuneração do trabalho, o mercado de trabalho ainda é promotor do aprofundamento das desigualdades para mulheres, negros e jovens, o tempo de vida social é cada vez mais ocupado pelo tempo de trabalho ao exercermos majoritariamente jornadas superiores à legalmente permitida e a democracia ainda não chegou aos locais de trabalho, com forte liberdade empresarial para utilizar a força de trabalho da forma mais adequada às suas necessidades de acumulação capitalista.

49. É imperativo que dimensionemos nossas potencialidades para propor uma nova relação entre a classe trabalhadora e o Estado, ou seja, com as suas instituições públicas garantidoras de direitos sociais e promotoras de políticas públicas. Esta nova relação busca superar as dimensões corporativas e mercantis que ainda estruturam, em grande medida, os direitos e as instituições das políticas sociais no Brasil. Para isso devemos defender o fortalecimento do serviço público, lutando por sua expansão e valorização (principalmente nas áreas estratégicas da Seguridade Social e da Educação) e combatendo toda iniciativa de precarização, terceirização e privatização, impostos ao Estado pelo capital, e fortalecendo o caráter social do serviço público como princípio fundamental da transformação do país.

50. Trata-se de superar o corporativismo herdeiro do getulismo e a mercantilização dos direitos sociais, mais recentemente aprofundada pelo neoliberalismo nos anos 1990.

51. A estrutura sindical oficial se consolidou em suas sete décadas de existência, com ampla adaptação de todos os setores do sindicalismo brasileiro. O sindicalismo cutista ergueu uma concepção sindical crítica àquela estrutura, construindo uma relação diferente do movimento sindical com sua base social, com o conjunto da sociedade e com o Estado.

52. A estrutura sindical oficial, construída nos anos 1930 por Getúlio Vargas, possuía um objetivo estratégico: organizar a participação harmoniosa da classe trabalhadora no progresso brasileiro. Harmoniosa porque era de interesse do Governo Vargas criar mecanismos que impedissem que os sindicatos organizassem os conflitos entre capital e trabalho. Ou seja, a razão dessa estrutura era neutralizar a luta de classes a partir do controle sobre os sindicatos.

53. O sentido corporativista dessa estrutura orientou a formulação dos seus elementos. A ideia é de um sindicato como um órgão público, com funções semelhantes a um órgão do ser humano. Se um dos órgãos do corpo humano funciona mal ou para de funcionar, todo o organismo será afetado de alguma forma. O corporativismo é a expressão ideológica que busca assemelhar a sociedade à dinâmica de funcionamento do corpo humano. Nesse caso, o sindicato não poderia organizar o conflito de classe, pois sua função seria neutralizar os conflitos garantindo, portanto, a harmonia social.

54. Os principais elementos da estrutura sindical oficial – corporativista – são: a unicidade sindical, o sindicato organizado por categoria profissional, o imposto sindical, o assistencialismo e o poder normativo da Justiça do Trabalho. Essa estrutura está amparada em diversas leis que foram reunidas na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, em 1943. Hoje, ela é o principal motivo da existência de uma quantidade imensa de sindicatos pulverizados, sem representação de base, cartoriais, de gaveta, pelegos e, portanto, sem qualquer papel de representação dos interesses da classe trabalhadora. Esta estrutura propiciou que sindicatos servissem para conciliar com Estado e patrões, criou mecanismos de dependência financeira através do imposto sindical e impediu que os trabalhadores pudessem se organizar com liberdade e autonomia sindical.

55. O corporativismo erguido por Vargas diferenciava-se da legislação fascista italiana pelo fato de vir acompanhado de inclusão de direitos sociais. Os direitos sociais estavam vinculados em grande medida aos trabalhistas. Por exemplo, até a Constituição Federal de 1988, os direitos de acesso à seguridade social estavam restritos ao trabalho assalariado.

56. A CUT nasceu crítica à estrutura oficial, organizando sua palavra de ordem original em defesa da liberdade e autonomia sindical. Desde a sua fundação, defende um sindicato organizado pela base,

democrático, autônomo em relação ao Estado, com trabalhadores livres para definirem suas formas de organização sindical e de autossustentação financeira.

57. Assim, chegamos a uma proposta de Sistema Democrático de Relações de Trabalho – SDRT –, no anos 1990. Trata-se de uma plataforma por liberdade e autonomia sindical. Propõe o pluralismo na organização, através do qual os trabalhadores possam optar livremente por entidades sindicais que melhor representem seus interesses de classe. Propõe que os sindicatos sejam organizados por ramo de atividade e não pela fragmentação imposta pela categoria profissional. Propõe a taxa negocial, acordada em assembleia de base, em substituição do imposto sindical.

58. A criação de novos sindicatos deve estar sempre vinculada à estratégia de ampliação da organização sindical. O objetivo central é a organização de trabalhadores e trabalhadoras que não estão representados em sindicatos cutistas. Nossa opção fundamental é o fortalecimento de entidades sindicais organizadas por ramo de atividade. Portanto, a criação de sindicatos de trabalhadores/as – sejam eles nas esferas do serviço público, nas empresas privadas ou no campo – não deve criar conflito de base com entidades já existentes e filiadas à CUT. Com isso, também fortalecemos a luta contra a fragmentação sindical e a consequente fragilização da luta da classe trabalhadora.

59. Mas há outras concepções sindicais, além dessa acima, defendida pela CUT. Essas concepções deram origem a centrais sindicais diferentes e, na maior parte de suas histórias, adversárias da CUT. Hoje, existem outras cinco centrais reconhecidas pelo Ministério do Trabalho, além da CUT: Força Sindical (FS), União Geral dos Trabalhadores (UGT), Central dos Trabalhadores do Brasil (CTB), Nova Central Sindical dos Trabalhdores (NCST) e Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB). Outras duas, Conlutas e Intersindical, não possuem representatividade suficiente para serem reconhecidas pelo órgão oficial do MTE.

60. A CTB é referenciada no PCdoB, que não participou da fundação da CUT, aderindo a ela apenas nos anos 1990. Rompeu com a CUT no segundo mandato do Governo Lula, na oportunidade do reconhecimento oficial das centrais sindicais acompanhado da repartição do imposto sindical. A Força Sindical foi criada pelo Governo Collor com o objetivo de disputar com a CUT, através da ideia de um sindicalismo de resultados segundo o qual a negociação com patrões permite que haja redução de direitos, contanto que os empregos sejam mantidos. A UGT é oriunda de uma ruptura com a FS e a fusão de centrais menores criadas nos anos 1990. Sua orientação política é idêntica à FS, porém, sua

base social está mais concentrada no setor de serviços e nos novos tipos de contratação laboral, como os terceirizados. A Nova Central (NCST) é simplesmente a junção das confederações oficiais pelegas dos anos 1960 cuja única razão de existência é a repartição do imposto sindical.

61. Elas diferenciam-se da CUT não apenas em aspectos conjunturais – nesse sentido a CTB possui maior afinidade – mas, principalmente, pela defesa do conjunto da estrutura sindical oficial corporativa.

62. A mercantilização de fundamentos decisivos da reprodução da vida social, como na educação, na saúde, no mercado de terras urbanas, nas políticas de segurança pública, na cultura e nos esportes é mais uma forte evidência da matriz liberal do Estado brasileiro. Estes bens e serviços, que deveriam ser públicos e reconhecidos como direitos plenos dos/as cidadãos/ãs, ainda estão, como herança do período da ditadura e dos anos neoliberais, submetidos à exclusão pelo mercado, hierarquizados na qualidade e distorcidos profundamente pela lógica mercantil.

63. Na maior parte do tempo, desde a formação do Estado nacional, o Judiciário brasileiro, em contextos classistas, oligárquicos e de inclusão corporativa, não se constituiu como um poder democrático e republicano. Fechando-se a dinâmicas da soberania popular, foi mais liberal privatista do que garantidor dos direitos públicos, alimentou privilégios classistas, racistas, patriarcais e oligárquicos além de impunidades, ficou refém do controle de classes e grupos privilegiados mais do que abriu-se ao uso e controle democráticos das maiorias.

64. Para a revolução democrática que lida com um processo dinâmico e crescente de criação de direitos, a democratização e republicanização do Judiciário é fundamental. Ela permite a passagem de políticas de governo ou conquistas de movimentos sociais para a dimensão de Estado, através de sua constitucionalização, funcionando assim como uma alavanca de universalização e perenização de direitos. Ela possibilita a reposição de direitos históricos de reparação, no campo das relações anti-racistas e anti-patriarcais, além de estabelecer o paradigma da prioridade do interesse público no campo das relações entre capital e trabalho, da estrutura fundiária, da regulação dos interesses privados mercantis em áreas-chave como a ecologia.

65. O restabelecimento do Direito do Trabalho é estratégico para a classe trabalhadora em sua luta contra exploração do capital. Esse ramo do Direito reconhece que a relação entre capital e trabalho é assimétrica, sendo necessária maior proteção do lado mais fraco da relação. O padrão atual do Poder Judiciário é de proteção do direito do lucro e da propriedade privada. Mecanismos como o interdito proibitório e as multas exorbitantes sobre entidades que realizam greves servem para combater a ação sindical, sob o argumento de proteção da propriedade privada e da competitividade das empresas.

D) DIRIGIR AS LUTAS PELA ESTRUTURAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE UMA OPINIÃO PÚBLICA DEMOCRÁTICA

66. Mais uma estridente evidência da matriz liberal do Estado brasileiro está na privatização do processo de formação da opinião pública, através do controle oligopolizado dos meios de comunicação de massa.

67. Estes setores do capital, alentados e desenvolvidos pelo regime militar, criaram uma relação programática orgânica com os partidos neoliberais durante os governos FHC. Posicionados estrategicamente na democracia brasileira, cumprem um papel decisivo na reprodução da visão de mundo liberal e dos interesses corporativos capitalistas, procurando impugnar qualquer regulação democrática dos meios de comunicação que, por sua natureza, deveriam ser públicos (ou submetidos diretamente ao controle democrático e plural do Estado ou por ele regulado segundo estes critérios).

68. A construção de um programa da revolução democrática deve necessariamente caminhar para a formação de uma comunicação pública e aproveitar do potencial da internet e da cultura livre como fortes instrumentos de afirmação da democracia e da construção de uma esfera pública.

69. Defendemos a formação de meios de expressão e comunicação públicos e de uma vasta rede formada por cooperativas, circuitos virtuais, imprensa opinativa e independente, rádios livres e televisões alternativas, que dê pleno direito de voz e audiência aos sujeitos sociais da revolução democrática, campo em que as esquerdas e os movimentos populares brasileiros sofreram as suas maiores derrotas históricas.

70. A CUT trouxe para o primeiro plano da luta sindical a defesa de uma comunicação pública e democrática. Nossa Central tem o potencial de dirigir a mais ampla luta pela formação das condições estruturais de uma opinião pública democrática no Brasil.

E) FORTALECER O CARÁTER INTERNACIONALISTA DA REVOLUÇÃO DEMOCRÁTICA

71. A revolução democrática no Brasil deve se relacionar com o quadro de perda de dinamismo das economias centrais, de reposicionamento das grandes economias semi-periféricas e de crise histórica da civilização neoliberal.

72. Temos consciência que há forte relação entre o processo em curso no Brasil e a atual crise liberal de direção e de dominação do sistema mundial. O sindicalismo combativo CUTista tem se comportado, nesse novo período político, como articulador e divulgador da experiência brasileira junto ao movimento sindical internacional, particularmente nas Américas.

73. Com efeito, tem contribuído para fortalecer e atualizar uma visão internacionalista das lutas da classe trabalhadora. O aspecto mais fundamental é a pressão pública para que os governos progressistas que ascenderam em países latinoamericanos assumam plataformas sociolaborais de cunho pós-neoliberal. Aspectos como a regulação pública do trabalho, a liberdade sindical plena e a desmercantilização dos direitos sociais e das políticas públicas estruturam tais plataformas.

74. Frente ao importante, mas ainda insuficiente processo de integração latinoamericano, no qual o Brasil assume papel central, o movimento sindical brasileiro deve, cada vez mais, integrar-se às organizações sindicais combativas dos demais países latinoamericanos. E, por meio da CSA, incidir para que essa integração não se limite aos aspectos estruturais e econômicos, mas que possa promover uma real integração dos povos, com redução das assimetrias, não só de infra-estrutura, mas de condições de trabalho e de vida, convertendo-se, assim, num real processo de desenvolvimento regional.

75. A CUT deve fortalecer sua ação frente às realidades de trabalho da grande massa de migrante, principalmente da América Latina (Bolívia, Peru, Haiti...), que vêm ao Brasil em busca de melhores condições de vida e de trabalho, atraídas por empresas brasileiras. Acabam muitas vezes reféns de um processo de exploração da sua força de trabalho quase análoga à escravidão.

76. Se a unificação europeia se fez a partir dos valores do liberalismo econômico, trazendo para o seu interior contradições que são hoje cada vez mais visíveis, a unificação política da América Latina pode ser concretizada, apoiando-se nos fortes processos democráticos de emancipação em curso no continente, em bases políticas mais republicanas e democráticas.

III. CSD: 10 anos construindo a CUT para a nova fase da luta de classes

77. A CSD – CUT Socialista e Democrática – nasceu em 2002, reafirmando a posição estratégica da atuação e construção do sindicalismo organizado na CUT. Ao resgatar a importância da luta sindical, queremos inseri-la numa perspectiva de luta política que recoloca em um novo patamar a importância do Estado na definição de direitos da classe trabalhadora. Revalorizar a trajetória da CUT significa retomar a dimensão central de um projeto classista: a combinação da luta sindical e da luta política, a visão de construção sindical e construção partidária como dois momentos de um único processo.

78. Por compreendermos que a luta econômica não encerra a luta política de classe, defendemos o engajamento da militância sindical na organização partidária e no fortalecimento da sua ação. A consciência política é adquirida na luta política realizada pelo partido, pois é nesta arena de combate que tratamos os temas que dizem respeito a toda a sociedade ou à maioria dela. A CSD, orientada por este princípio, referencia-se no Partido dos Trabalhadores como a organização partidária que reúne a vanguarda sindical e popular de esquerda no Brasil.

79. Reafirmamos a autonomia da CUT frente aos governos e partidos. Entretanto, vivemos um período político novo, no qual compartilhamos da vitória do projeto político em curso à frente da presidência do Brasil. Não faz parte da nossa ação sindical apresentar ultimatos para, em seguida, assumir a oposição aos governos que elegemos. Nossa autonomia se organiza dentro da disputa de rumos do projeto histórico do qual fazemos parte. Organizamos as críticas, as reivindicações e as propostas de alteração de rumos, com o objetivo de fazer avançar o nosso projeto. É com essa postura que a CSD se mobiliza frente aos governos petistas. A CSD irá construir espaços de debate, com o objetivo de atualizar nossa concepção sindical sobre autonomia e independência, frente aos governos do campo popular.

80. A aposta numa corrente sindical só se justifica quando ela combina concepção sindical com concepção política; quando tem capacidade de propor, intervir e atuar de forma coletiva; quando sua identidade se expressa em uma prática e em posições políticas comuns; quando as diferenças internas não levam ao imobilismo. Somos uma tendência militante, democrática e socialista.

81. A CSD foi construída a partir do acúmulo histórico de um setor militante do sindicalismo combativo da CUT. A opção de fundarmos, há dez anos, uma nova corrente política no interior da CUT foi fundamentada pela compreensão de que entrávamos em uma nova fase da luta de classes no Brasil.

82. Esgotava-se, no final dos anos 1990, a hegemonia neoliberal. Não cabia mais a organização defensiva do movimento sindical, frente ao período tenebroso do neoliberalismo, que colocou todo o movimento social brasileiro na resistência.

83. Ao final daquela década, emergia um sentimento mundial que questionava a transformação do mundo em mercadoria e que identificava os atores da globalização neoliberal como agentes da pobreza, desemprego, guerras e violências de várias ordens: imperialismo, Fundo Monetário Internacional

(FMI), Banco Mundial, Organização Mundial do Comércio (OMC) e os diversos governos neoliberais ao redor do mundo.

84. Esse sentimento tornou-se ação política. Logo foram organizadas as lutas de resistência global em várias cidades do mundo, a Campanha Continental contra a ALCA, o lançamento da Marcha Mundial das Mulheres e a realização daquele que foi o marco histórico da passagem desse período político: o Fórum Social Mundial.

85. O contexto brasileiro era de um tempo de possibilidades abertas na passagem entre as décadas. Iniciamos os anos 2000 com a esperança mais encarnada. A CUT poderia assumir a direção de uma frente de movimentos sociais e populares para ampliar esse sentimento de mudanças. O esgotamento do projeto neoliberal deveria culminar com a vitória de um projeto antagônico, representado pela eleição do presidente Lula.

86. A criação da CSD teve como lema "Uma CUT para uma nova fase da luta de classes". Significou a organização de um setor político interno à CUT para pressionar sua direção política de forma a assumir o papel de vanguarda dessa fase nova na história da classe trabalhadora e do povo brasileiro.

87. Passados dez anos dessa aposta política, é importante apresentar alguns elementos de balanço das nossas opções. Optamos por sair do papel de oposição interna para o lugar do centro de elaboração estratégica e direção política da CUT. As tarefas que assumimos nesse período, voltadas para a construção do sindicalismo CUTista, são reconhecidas pelo conjunto do sindicalismo brasileiro e, em alguma medida, identificadas pelo campo social e político no qual estamos referenciados. A CSD reafirma seu principio de que sua aliança prioritária se dará com as forças organizadas no interior da Central em nível nacional e regional.

88. Coordenação das Marchas pelo Salário Mínimo, que culminou com a aprovação da Lei de Valorização do salário mínimo. Os primeiros anos do governo Lula se depararam com a maior negociação salarial do mundo. Dezenas de milhares de trabalhadores foram mobilizados por anos seguidos em seis edições da Marcha Nacional pela Valorização da Salário Mínimo. A CSD esteve presente – ao lado da corrente majoritária da CUT – na coordenação das Marchas desde seu início.

89. Construção da CMS. Desde o início do Governo Lula, a CUT buscou construir ações públicas coerentes com o novo período político do país. O Fórum Nacional de Lutas, que reuniu os movimentos so-

ciais e populares em oposição ao Governo FHC, não estava mais unificado diante da nova conjuntura. Reunimos então, numa mesma articulação política, as entidades nacionais que construíram a eleição do presidente Lula, que possuíam o interesse estratégico de avançar o nosso projeto e que, ao mesmo tempo, apresentavam fortes críticas aos rumos tomados pelo novo governo, principalmente na política econômica. Essa articulação política foi denominada de Coordenação dos Movimentos Sociais (CMS) e, além da CUT, reuniu o MST, a UNE, Marcha Mundial das Mulheres, CMP e diversas outras entidades nacionais.

90. Elaboração do projeto de reforma sindical. A CSD, à frente da então Secretaria de Política Sindical (SPS), ao lado de outras secretarias, representou a CUT no Fórum Nacional do Trabalho, que resultou na elaboração da proposta de reforma sindical. Tal proposta foi profundamente influenciada pela ideia de Sistema Democrático de Relações de Trabalho, oriunda do período em que o companheiro Miguel Rossetto esteve à frente da mesma secretaria da Central.

91. Retomada da campanha pela redução da jornada de trabalho. Reorganizamos, também à frente da SPS, a luta pela redução da jornada. Campanha visual, material de formação, abaixo-assinado em apoio à proposta de emenda constitucional e diversos atos públicos pelo país marcaram a retomada dessa luta. Realizamos uma pioneira pesquisa com os trabalhadores de diversos ramos da CUT sobre o uso das horas extras. A partir dela, consolidamos a ideia de que não bastava reduzir formalmente a jornada se não houvesse a limitação do uso das horas extras. Um Projeto de Lei com esse sentido foi encaminhado à Câmara dos Deputados, construído desde a CUT.

92. Internacionalismo sindical. A militância da CSD representa a CUT na direção da principal experiência de unificação do sindicalismo internacional. Com a fundação da Confederação Sindical das Américas – CSA –, esta tem se consolidado como instrumento concreto do novo internacionalismo sindical.

93. Coordenação da Jornada pelo Desenvolvimento. Assumimos, ao lado da presidência da CUT, a direção dessa campanha cujo objetivo era formular e disputar os rumos do novo ciclo de desenvolvimento em gestação no país. Para nós, desenvolvimento deve ser sustentável, deve valorizar o trabalho, distribuir renda e ser radicalmente democrático. Hoje, a Jornada pelo Desenvolvimento é a principal fonte de elaboração política estratégica da Central.

94. Redimensionamento do feminismo na CUT. Alteramos o caráter da luta das mulheres trabalhadoras da CUT. Nosso esforço foi de torná-la mais militante, crítica e classista.

95. Introdução do tema juventude trabalhadora, aumentando a referência da Central junto aos movimentos sociais juvenis e provocando a urgente necessidade de organizar a maioria da juventude, que é trabalhadora e precarizada.

96. É necessário enfatizar a vitória expressiva que obtivemos, às véspera de completarmos nossa primeira década de existência. A 13ª Plenária Nacional da CUT (2011) absorveu a elaboração da III Conferência Nacional da CSD (2009), no que diz respeito à necessidade de atualização da concepção sindical cutista. Trata-se da sistematização de princípios de organização sindical democrática, pela base, livre, independente, feminista, não corporativa e profundamente enraizada nas lutas do povo brasileiro. Esses princípios são temas obrigatórios na formação política da militância da CSD e, portanto, reeditamos anexada ao final da presente Resolução.

97. Construção nacional. Nesses dez anos, a CSD tem crescido não apenas politicamente, ao influenciar os rumos da CUT. Crescemos também na direção de sindicatos, CUTs estaduais e ramos.

98. Temos conquistado vitórias em eleições de importantes sindicatos de dimensões estaduais, o que tem aumentado nossas responsabilidades locais. Estamos, hoje, presentes em todos os ramos de atividade com militantes organicamente integrados à CSD. Somos militantes de sindicatos de trabalhadores rurais de norte a sul do país, dirigimos sindicatos de trabalhadores da indústria, no comércio e serviços e nos mais diversos setores públicos.

99. Estamos presentes na direção da CNTE, CONTRAF, CONTAG, CONTRACS, CNTSS, CONTEE, CNTV, CNQ, CNM, CNTT, CONFETAM, FNU, FUP, FASUBRA, FNA, FENAJUFE. Nos estados, estamos em postos-chave em diversas CUTs e compondo a direção da maioria delas. A militância da CSD nas estaduais e ramos da CUT possui um papel dirigente fundamental: promover o sindicalismo combativo. Não nos pautamos simplesmente por nossa autoconstrução enquanto corrente política. Nossa capacidade de crescimento está diretamente relacionada ao nosso potencial de assumir tarefas de construção das entidades cutistas, de suas agendas de luta, de coesionamento de sua base social em torno do programa democraticamente definido pela Central Única dos Trabalhadores.

100. Alguns desafios para fortalecimento e ampliação da CSD devem ser assumidos pela nova coordenação nacional e estaduais eleitas nesta IV Conferência Nacional. São elas:

a. Instituir um programa de formação política básico, de modo que seja obrigatória a participação em uma etapa de formação, como critério para integração de militantes à CSD. A integração acom-

panhada de formação básica deverá firmar o compromisso militante de submeter-se às decisões democraticamente definidas em nossos espaços coletivos. Compreendendo o período desafiador em que se encontra o estagio da luta de classes no Brasil o programa de formação politica adotado pela CSD deverá conter entre seus eixos o estudo da divisão racial do trabalho a partir da introdução do modo de produção escravagista até os dias atuais;

b. Realizar planejamentos estratégicos com as coordenações estaduais que possuem as maiores bases sindicais em nossa corrente. Serão oportunidades de organizarmos as disputas de direções das estaduais da CUT;

c. Planejar com as coordenações da CSD nos ramos da CUT as ações necessárias para o fortalecimento e coesionamento interno da corrente em âmbito nacional. A CN-CSD encaminhará um calendário de debates sobre concepção de organização sindical por ramo de atividade, com subsídios próprios de cada um deles. O objetivo é organizar uma posição comum e tarefas comuns de toda a nossa militância em todos os ramos;

d. Definir uma estratégia para organizar a CSD nacionalmente no ramo dos rurais da CUT. Precisamos avançar rumo a uma identidade política no interior do ramo, em âmbito nacional, buscando influenciar sua agenda de luta e sua forma de organização sindical. A CSD defende que todos/as trabalhadores/as rurais e agricultores/as familiares estejam no mesmo sindicato, respeitando as estruturas existentes;

e. Fortalecer o trabalho com oposições cutistas, responsabilizando-se pela consolidação destes grupos, lutando pela garantia de estrutura física, planejamento e formação, para que as oposições cutistas organizadas tenham seu espaço reconhecido dentro da central, participando efetivamente dos espaços de decisão;

f. Para dar maior coerência às iniciativas encabeçadas pela CSD na CUT em relação à participação das mulheres, da juventude e dos/as negros/as no movimento sindical, devemos fortalecer esses três segmentos na composição de direções nos estados. Devemos garantir a paridade de gênero nas direções e delegações e, ao mesmo tempo, um mínimo de 20% de jovens nestas composições. Independentemente dos outros critérios de cota de gênero e juventude, indicamos que haja a garantia da diversidade étnico-racial na composição das direções e delegações;

g. Passado os três anos da criação da Secretaria de Combate ao Racismo, a sua existência é a materialização orgânica na estrutura organizacional da CUT no combate ao racismo. É um marco histórico para o povo negro brasileiro e é fruto do suor, trabalho e resistência da militância sindical negra e dos militantes e companheiros/as não negros/as, que em muito tempo, lutaram dentro dos coletivos de combate à discriminação racial, para que então essa ferramenta se transformasse no que é hoje, um outro estágio de força de luta. Para a CSD, a Secretaria tem um papel no combate ao racismo em todos os níveis e ramos no mundo do trabalho e na sociedade, por toda sua representatividade sindical e pela sua capacidade, autonomia, inserção e intervenção. A secretaria tem que ser instrumento de intervenção social e política propositiva e praticante das ações afirmativas e reparatórias. Estar à frente das lutas contra o racismo nos instrumentos governamentais e não governamentais e movimentos sociais. O combate ao racismo e a promoção da igualdade racial deverá, no próximo período, se inserir nas iniciativas dirigidas pela CSD na CUT. Compreendendo que a luta anti-racista no meio sindical não se resume no acompanhamento dado ao cumprimento da convenção 111 da OIT;

h. Instituir uma cobrança de contribuição financeira semestral das coordenações estaduais, como forma de garantir a autossustentação financeira da CSD. As cotas semestrais serão divididas em três faixas de contribuição estadual: 1) R$ 600,00 (SC, SP, ES, PE, RN, PA, RR, DF); 2) R$ 1.000,00 (RJ, CE,) e; 3) R$ 2.000 (RS, PR, MG, BA, AL). Outros estados que elegerem coordenações estaduais passarão a contribuir com a primeira faixa;

i. Instituir uma política de comunicação ativa na corrente. Além da constante atualização do site e das redes sociais, é necessária a criação de uma imprensa que cumpra o papel de formação. A CSD deve ter como política orientar os seus sindicatos e a CUT ter uma comunicação contra-hegemônica. O jornalismo sindical deve ser uma alternativa à mídia tradicional. Para tal devemos conceber jornais que falem para a sociedade – que sejam distribuídos para além dos sindicatos.

RESOLUÇÕES ESPECÍFICAS

IGUALDADE É O MÍNIMO!

As mulheres conquistaram avanços importantes ao longo da história, basta ver que hoje nosso país tem uma Presidenta da República. No entanto um olhar mais atento ao nosso dia a dia demonstra que vivemos num sistema capitalista e patriarcal que tem reflexo em diversos aspectos de nossas vidas entre eles o trabalho. Exemplos disso são: diferença salarial, divisão sexual do trabalho, dificuldade de acesso, permanência e ascensão no mercado de trabalho e a pouca participação das mulheres em cargos de poder, no caso especialmente nos sindicatos e direções estaduais, nacional e de ramos.

Se nós concordamos que essa é não é uma situação natural, é importante trabalhar para revertê-la e, para tanto, é necessário ter ações que demonstrem nosso real compromisso com a liberdade e a autonomia sindical, com a construção da igualdade entre mulheres e homens.

Desde a fundação da CUT, a presença organizada das mulheres tem sido importante no debate sobre gênero e, também, em temas gerais da Central. Há momentos marcantes em nossa história tais como: aprovação da resolução pela descriminalização do aborto, no 4º CONCUT (1991); Aprovação de cota mínima de gênero de 30%, para os cargos de direção da nossa Central, na 6ª Plenária da Nacional da CUT (1993) e aprovação dos aperfeiçoamentos no Estatuto no que se refere à política de cotas de gênero a ser implementada pelo conjunto de suas instâncias, compreendendo aqui, Estaduais da CUT, Confederações e Federações Orgânicas, na 13ª Plenária Nacional (2008).

Consideramos a auto-organização das trabalhadoras fundamental para manter a militância em seus sindicatos e questionar as práticas discriminatórias, que muitas vezes são naturalizadas. A auto-organização das mulheres é essencial para superar as desigualdades e discriminações no trabalho, na vida, no movimento sindical e impulsionar mudanças nas práticas que afastam as mulheres do movimento sindical e de suas ações cotidianas.

A ação das mulheres da CUT tem sido referência para outras organizações. No entanto, segue como um grande desafio para o conjunto da CUT assumir uma plataforma feminista capaz de transformar a realidade da classe trabalhadora e, em particular, a vida das mulheres.

PARTICIPAÇÃO SINDICAL DAS MULHERES

Os dados demonstram que a participação sindical das mulheres é inferior à sua inserção no mercado de trabalho. As mulheres são hoje 42,6% da PEA[1] e 17,3%[2] de sindicalizadas, dados de 2009.

A ausência das mulheres nos espaços de poder é uma situação discriminatória que reflete nas pautas de negociações que atingem diretamente a vida das trabalhadoras, fazendo com que essas não sejam prioridade. É necessário um esforço para que esse debate seja incorporado.

Desde o início do processo de auto-organização das mulheres um dos principais desafios é o movimento sindical incorporar uma nova concepção de trabalho, que considere o trabalho reprodutivo realizado pelas mulheres no âmbito familiar e doméstico, na definição da política sindical.

Entre as situações que dificultam a participação social e política das mulheres destacamos:

a. As desigualdades de gênero e a divisão sexual do trabalho. Em sua maioria as mulheres continuam responsáveis pelo trabalho doméstico e de cuidados;

b. Ausência de creches e escolas de período integral, política fundamental para a autonomia das mulheres;

c. Falta de interesse do movimento sindical como um todo em conhecer a situação das trabalhadoras;

d. Práticas de exclusão das mulheres dentro do movimento sindical (machismo, horário de reuniões e das atividades não levam em conta suas necessidades, a ausência de mulheres nos lugares de decisão e representação, a falta de apoio material e político à organização das trabalhadoras).

[1] Fonte IBGE-Pnad
[2] Fonte IBGE-Pnad

IGUALDADE É O MÁXIMO: PARIDADE JÁ!

A conquista da política de cotas foi fruto de uma construção coletiva ao longo da história da CUT. Passados 19 anos, o debate sobre a presença das mulheres nos espaços da Central continua atual porque, embora tenhamos assumido posições e travado lutas a favor da igualdade de gênero, essa não é uma realidade concreta em nossas vidas. É recorrente haver momentos de tensão entre nós, que nos vemos frente a disputas internas, com apoio de alguns homens, mas não da CUT como um todo

E se nós, na CUT, queremos de fato modificar a relação de poder no movimento sindical devemos nos inspirar na decisão aprovada no último congresso do PT e considerar que a "paridade entre homens e mulheres no Partido dos Trabalhadores é uma ação progressista, e fator fundamental para iniciarmos uma mudança de concepção em todas as entidades políticas e principalmente no mercado de trabalho".

> O movimento sindical e principalmente a CUT deve seguir o mesmo caminho e, no próximo Congresso Nacional encaminhar proposta para igualdade de gênero na composição da direção, incentivando também nossa juventude e negros (as) que irão ajudar na oxigenação da maior central sindical do país. Só assim iremos avançar no sindicalismo brasileiro e em nossas relações de trabalho rumo a um país justo, igualitário e socialista.[3]

A CUT tem como base os princípios da democracia e da igualdade, portanto, quando reivindicamos paridade nos remetemos a esses princípios fundadores de nossa central.

A classe trabalhadora é composta por homens e mulheres, e estas, em nossa sociedade capitalista, além de oprimidas por sua classe, também o são por seu sexo. Assim, a aplicação da paridade é um passo importante para a construção de políticas para alterar as condições gerais da participação política e sindical das mulheres e consolidar um sindicalismo com liberdade e autonomia e participação igualitária das mulheres.

Nossa proposta para o 11º CONCUT é a Igualdade de gênero na composição da direção nacional e nas direções estaduais, em outras palavras a paridade.

[3] "Paridade entre mulheres e homens aprovado no PT é um exemplo a ser seguido", artigo de Vagner Freitas e Rosane da Silva, publicado na página da CUT Nacional (cut.org.br) no dia 06 de setembro de 2011.

A maioria das plataformas e discursos incorpora a defesa da igualdade entre mulheres e homens, mas a distância entre o discurso e a prática é grande.

Ao se tocar no tema das relações de poder nos lugares de tomada de decisões, apareceram resistências que demonstram a existência de um arraigado machismo ou resistência ao compartilhamento do poder. É justo reconhecer que desde o início contamos com o apoio de vários homens e que ao longo desses anos muitas mulheres e homens mudaram de posição em relação a esse tema.

Ainda é um desafio para a CUT alterar e fazer cumprir o estatuto e aplicar a política de cotas de gênero para os órgãos diretivos, as delegações aos congressos e outros âmbitos de deliberação, a composição das delegações que representem a organização em eventos externos etc.

As mulheres, além de estarem presentes em Secretarias/Diretorias de Mulheres, também devem ocupar os cargos com mais poder de decisão: presidência, secretária-geral e tesouraria. É preciso garantir mecanismos que viabilizem a participação das mulheres, que proporcione a elas condições objetivas de tocar seu trabalho nos diferentes momentos de representação. Também é fundamental que as mulheres participem dos momentos de elaboração, execução e avaliação da política sindical da CUT.

Ao mesmo tempo, é tarefa de todo e toda sindicalista garantir a transversalidade de gênero em todas as políticas, atividades e espaços da CUT, para que nossa central assuma a cada dia mais, este espaço como um espaço dos trabalhadores e das trabalhadoras. Construir um país com desenvolvimento, geração de renda, valorização do trabalho e autonomia e liberdade sindical somente será possível com a participação de mulheres e homens.

CONVENÇÃO CUTISTA PRECEDIDA DE PRÉVIAS NA BASE

Buscamos o fortalecimento da CUT enquanto entidade, sempre visando a unidade da classe trabalhadora frente aos capitalistas possuidores dos meios de produção. Porém, precisamos garantir que as nossas disputas internas não extrapolem a esfera cutista, pois assim deixam de ser "internas" e possibilitam que forças estranhas à CUT aproveitem esta oportunidade para se aproximar de uma ou de outra corrente, penetrar em nossas entidades e enfraquecer a Central na base das categorias de representação.

Devemos desenvolver um mecanismo para garantir a unidade cutista e ao mesmo tempo respeitar a pluralidade e diversidade existente na Central, que é o que nos permite ser uma entidade de massas. Esse mecanismo é a Convenção Cutista precedida de prévias na base, quando não for possível construir acordo entre mais de uma corrente interna à CUT para formação de uma chapa comum.

O objetivo é garantir a unidade cutista respeitando a pluralidade existente na Central. A Convenção necessita de um processo preliminar de consulta. A realização de uma "reunião de pessoas" seja ela na forma de congresso, plenária ou convenção tem se mostrado um meio eficiente para debater questões relacionadas às entidades de grau superior tais como as federações, confederações e a própria Central. Mas não é o mecanismo mais adequado para uma consulta à base de representação de uma entidade sindical de primeiro grau, pois o trabalhador de base que não seja militante e nem possua relações diretas com nenhuma corrente política dificilmente irá participar desta convenção; o trabalhador poderá ter ainda dificuldades de participar se estiver laborando neste dia, nas categorias onde existam turnos ininterruptos de revezamento, por exemplo, turmas inteiras ficarão impossibilitadas de participar por estarem laborando no dia da convenção, etc.

A Prévia Cutista será o mecanismo adotado sempre que não houver acordo entre as correntes políticas internas, vedada a participação de forças políticas não cutistas. Vinculará todas as correntes políticas cutistas na construção de uma chapa unitária composta a partir do resultado proporcional apurado nas prévias. Assim, a Convenção será o momento de composição e lançamento da chapa CUTista, considerando o resultado da Prévia.

10% DO PIB PARA INVESTIMENTO EM SAÚDE PÚBLICA E UNIVERSAL

A saúde universal, inserida como um dos princípios fundamentais do Sistema Único de Saúde, obteve uma grande derrota no financiamento de suas ações e serviços com a não aprovação da versão original do PL 5127-2007 de autoria do ex senador Tião Viana (PT-AC) no senado em 07/12/11.

A emenda tinha o compromisso de inserir mais recursos públicos para a saúde baseando a aplicação da União em 10%, no mínimo, da Receita Corrente Bruta (RCB), o que aumentaria R$ 32,5 bilhões para a saúde.

Com isso a saúde universal permanece com recursos insuficientes, apenas R$ 71 bilhões, definidos na Lei Orçamentária Anual do MS para esse ano, o que significa 1,8% do PIB. Tal comprometimento com o PIB é o mesmo desde 1995.

Diante do exposto a CSD defende a luta por um maior financiamento público, alcançando 10% do PIB para investimento em saúde pública e universal.

A CSD defende também a inclusão do referido projeto de cláusula de barreira que impossibilite a prática da terceirização e da precarização do trabalho defendendo assim o concurso público como meio de acesso ao serviço público.

CONSOLIDAÇÃO DO PSPN

Reafirmar a luta da CUT em defesa da consolidação do PSPN (Piso Salarial Profissional Nacional da Educação) dos profissionais do magistério, conforme estabelecido na lei 11738/08, respeitando a sua aplicabilidade como o vencimento básico na carreira, ratificado pelo STF e garantindo a sua correção com ganho real de valorização, cumprimento da aplicabilidade imediata de, no mínimo,1/3 de hora-atividade.

Para tanto, é fundamental a luta para aprovação imediata do PNE, a destinação de 10% do PIB para a educação e de 50% dos fundos sociais do Pré-Sal para ciência e tecnologia e educação.

TEATRO DO OPRIMIDO NA AÇÃO SINDICAL

Que a CSD possa incorporar as técnicas da Teatro do Oprimido nas diversas formas de mobilização e conscientização, inclusive nos processos formativos da nossa classe.

O T.O. é um instrumento revolucionário no processo de despertar das consciências críticas fomentando ações continuadas na resolução de conflitos.

Paulo Freire e Augusto Boal foram convidados por Allende para implementar o Programa Nacional de Educação daquele país (1970) por reconhecimento da importância dos métodos da pedagogia do oprimido – por serem métodos revolucionários.

Hoje este método é utilizado nos movimentos sociais e na educação (RJ)

Há quatro décadas, este método foi reconhecido nos cinco continentes e em mais de 75 países Utilizam como mediação de conflitos e despertar de consciências. Enfim, o Teatro do Oprimido tem como objetivo transformar a realidade de opressão onde homens e mulheres sejam protagonistas de sua própria história.

RESOLUÇÃO DA IV CONFERÊNCIA NACIONAL DA CSD SOBRE A CONSTRUÇÃO DA CORRENTE NO RIO GRANDE DO SUL

Os Delegados e Delegadas, da IV conferência nacional da CSD reconhecem e apoiam o esforço dos militantes do Rio Grande do sul, que aqui participaram como observadores, no sentido de buscar a reinserção da seção gaúcha nos fóruns nacionais.

A maioria da Coordenação da CSD-RS tem demonstrado diferenças na concepção de como se organiza uma corrente nacional. Os atuais representantes não tem participado das reuniões da coordenação nacional há cerca de três anos.

A nossa tradição politica sempre nos remeteu para o bom debate. A partir dele sempre superamos nossas diferenças e nos apresentamos com unidade para a classe trabalhadora.

Portanto a prática de tratar a corrente como se fosse apenas um espaço regional, como forma de fazer valer uma visão que não é compartilhada pela maioria dos militantes de todo país, é uma concepção diferente da que nos levou a construir os 10 anos de existência da CSD.

Diante disso, a IV conferência nacional faz um chamamento a todos e todas militantes socialistas e democráticos do RS para que retomem nossas tradições políticas e voltem a pensar a CSD como um projeto nacional para o movimento sindical, fazendo no seu interior o debate das diferenças e sempre buscando a unidade na ação.

A IV Conferência Nacional orienta os/as militantes da CSD no Rio Grande do Sul que convoquem uma Plenária Estadual para debater e deliberar sobre a regularização da situação financeira da corrente, visando saldar o débito junto à CSD Nacional.

ANEXOS

RESOLUÇÃO DA III CONFERÊNCIA NACIONAL DA CSD – CUT SOCIALISTA E DEMOCRÁTICA

São Paulo, 13, 14 e 15 de março de 2009

Capítulo V - A atualização da concepção sindical CUTista

1. A transformação socialista somente é possível se as propostas da esquerda conquistarem a hegemonia na classe trabalhadora e na maioria da população. Requer participação efetiva da classe contra a exploração capitalista. Isso não é espontâneo, deve ser organizado. O sindicato e a central sindical são ferramentas-chave para essa disputa e, portanto devem ser capazes de representar, organizar e mobilizar os amplos setores da classe trabalhadora, construindo seu protagonismo social, político e cultural independente.

2. A CSD – CUT Socialista e Democrática - corrente política interna à CUT, compreende o sindicato como parte de um amplo movimento de transformação da sociedade, maior que o próprio o movimento sindical. No seu nome estampamos três compromissos: o da construção da CUT, como ferramenta sindical da classe trabalhadora brasileira; o socialismo como projeto histórico e elemento

que orienta estrategicamente a ação política da Central; a democracia como central na construção das organizações dos trabalhadores e trabalhadoras.

3. O sindicato necessário para a estratégia socialista deve ser um órgão de frente única dos(as) trabalhadores(as), uma organização para todos/as os/as trabalhadores/as e não somente para os que já apóiam as propostas da esquerda. Nosso desafio é dialogar com aqueles(as) que ainda estão sob hegemonia das ideias burguesas.

4. O sindicato deve partir das reivindicações imediatas e mostrar como elas levam a outras esferas de disputa. Por exemplo, a luta por salário deve se articular com a luta política, com o questionamento da forma como se exerce o poder político e como se faz a distribuição da riqueza e da renda na nossa sociedade. Nesse sentido o sindicato deve ser uma escola de socialismo.

5. Alguns princípios fundantes do sindicalismo CUTista devem ser recuperados para potencializar a capacidade da nossa Central no enfrentamento dos desafios impostos pelo contexto atual. A recuperação desses princípios não se resume em mera reprodução em forma de palavra de ordem. Eles devem ser atualizados em seu sentido estratégico e devem compor uma cultura política sindical renovada.

6. **Primeiro princípio: o sindicato deve ser uma organização democrática**. Deve garantir que posições políticas existentes na categoria tenham canais para disputar a adesão dos(as) trabalhadores(as). Deve ser no debate político e através da adesão ativa dos(as) trabalhadores(as) que a esquerda deve exercer sua maioria na categoria e não através do aparelhamento da entidade. Deve-se desenhar uma cultura política nova, que questione as relações de poder predominantes e construa um poder novo.

7. **Segundo princípio: o sindicato deve se organizar pela base**. A categoria organizada a partir dos locais de trabalho é um antídoto contra a burocratização das entidades. A história da burocratização dos sindicatos associa-se à concentração de poder nas cúpulas (nas executivas e, em especial, nos cargos de presidente e tesoureiro). Nesse sentido, a soberania das assembleias de base é um princípio fundante do sindicalismo combativo.

8. **Terceiro princípio: o sindicato deve ter independência de classe**. Deve ser organização da classe trabalhadora, sem atrelamento ao Estado e aos patrões. Sua sustentação financeira deve se basear na contribuição voluntária dos(as) trabalhadores(as). Na luta de classes não pode haver parceria alguma com patrões, pois possuímos projetos antagônicos (socialismo versus capitalismo).

9. **Quarto princípio: o sindicato deve organizar o conjunto da classe trabalhadora, incluindo aqueles e aquelas que estão excluídos do sistema de proteção social**. O processo de flexibilização das relações de emprego no Brasil foi muito profundo. Hoje temos metade da classe trabalhadora no mercado informal, ou seja, sem direitos e sem acesso à proteção social. O processo de exclusão social que daí decorre atinge centralmente as mulheres e a juventude. Excluídos do sistema de proteção social, também estão impedidos de exercer o direito de organização sindical, de acordo com estrutura sindical oficial brasileira.

10. **Quinto princípio: o feminismo é elemento essencial na luta pela construção do socialismo e deve ser, por isso, incorporado à agenda central do sindicato**. A compreensão dos aspectos econômicos relacionados à opressão sobre as mulheres e dos mecanismos de reprodução dessa opressão através da relação entre a dominação de classe e o patriarcado (a ideologia e a prática da dominação masculina) é tarefa fundamental.

11. A opressão sobre as mulheres, embora não tenha surgido com o capitalismo, foi assimilada por ele como um dos pilares de sua dominação. Manter as mulheres oprimidas e subordinadas permite diminuir os custos com a reprodução da força de trabalho; aumentar a exploração, rebaixando os salários da classe trabalhadora como um todo; manter uma divisão e competição de interesses e privilégios dentro da própria classe trabalhadora. Se não é tão difícil compreender que a opressão sobre as mulheres favorece a dominação capitalista, já não é tão fácil aceitar que existe uma contradição entre os interesses dos trabalhadores enquanto classe e os privilégios que todos os homens de todas as classes desfrutam devido à posição subordinada das mulheres na sociedade. A divisão sexual do trabalho no capitalismo, embora favoreça a burguesia enquanto classe, favorece os homens enquanto um setor da sociedade.

12. Além disso, a violência masculina, as ameaças e o desrespeito sexual, a dominação masculina na família e nas relações pessoais no movimento sindical, são alguns dos problemas com os quais as mulheres têm que se defrontar cotidianamente no seu convívio com os homens em todos os espaços sociais, inclusive no sindicato.

13. A entrada das mulheres no mercado de trabalho assalariado se dá marcada pela divisão sexual do trabalho. É, portanto, uma inserção desvalorizada, porque não reconhece a qualificação das mulheres. Se a opressão de gênero constitui um fator estruturante do capital, o aumento das mulheres no seio da classe trabalhadora deve ser acompanhado por forte capacidade de organização feminista dos sindica-

tos. Desta realidade são colocados dois desafios fundamentais: primeiro, a necessidade da organização das próprias mulheres trabalhadoras; em segundo lugar, a necessidade de incorporar na luta da classe trabalhadora a busca pela igualdade entre homens e mulheres.

14. O tema da Igualdade de Oportunidades na vida, no trabalho e no movimento sindical insere-se nesse contexto a partir da reivindicação de condições mais igualitárias para a entrada e permanência no mercado de trabalho formal, e por mecanismos que garantam a participação das mulheres em todos os espaços do movimento sindical. Contudo, essa agenda não encerra a luta pela igualdade entre homens e mulheres da classe trabalhadora, pois ela se dá no seio de um sistema que sobrevive e necessita da reprodução da desigualdade, qual seja, o sistema capitalista.

15. O sistema capitalista separa a esfera da vida pública da doméstica, e responsabiliza as mulheres pelos trabalhos na esfera doméstica. Partimos do princípio da necessidade de compartilhamento entre homens, mulheres e Estado do trabalho doméstico e de cuidado com a vida humana. O Estado tem que ter responsabilidade em criar e ampliar políticas públicas orientadas por esse objetivo. Neste contexto, insere-se a luta pela ampliação das creches públicas e das escolas integrais. Essa bandeira fortalece a ideia de que a maternidade não pode ser um impeditivo para as mulheres participarem da vida pública. Para isso será necessário rever horário de funcionamento das instituições de ensino (sem ampliar a carga horária dos trabalhadores/as) e contratação de servidores/as.

16. A diferença salarial entre homens e mulheres é outro fator concreto de discriminação das mulheres que precisa ser enfrentado. Elas recebem salários menores do que os homens, mesmo quando desempenham as mesmas funções, porque há uma desvalorização do seu trabalho, advinda da discriminação machista que vê a presença das mulheres no mercado de trabalho como uma situação transitória ou somente como um trabalho complementar ao trabalho de um homem.

17. A diferença de renda entre homens e mulheres também ocorre porque a inserção das mulheres no mercado de trabalho se dá em determinadas profissões, como na educação, que são pior remuneradas e consequentemente a levam a ter uma dupla jornada, ao serem consideradas responsáveis pelo cuidado e pelo trabalho doméstico, suas possibilidades de ascensão profissional são restringidas.

18. Para reverter esse quadro são necessárias políticas de elevação da renda a exemplo da política de valorização do salário mínimo, e políticas de combate à diferenciação do trabalho por sexo, que confina as mulheres em guetos.

19. No interior do movimento sindical, a consolidação das cotas mínimas de 30% de gênero, a formação, inclusive para a participação em negociações coletivas e a sindicalização das trabalhadoras, são condições básicas necessárias para a organização das mulheres na CUT.

20. **Sexto princípio: o sindicato é um dos instrumentos dos socialistas para a construção do poder popular**. Os(as) socialistas têm como tarefas, a partir dos sindicatos, estimular a classe trabalhadora a questionar o poder do capital sobre o processo de produção e de trabalho e organizá-la para a construção do poder popular. Ao sindicato e à central sindical deve interessar não somente em que condições a força de trabalho é contratada, mas também de que forma se organiza a produção e o trabalho em uma empresa, no ramo de atividade e no país. Para além do espaço da produção, a ação dos(as) sindicalistas deve desenvolver-se pela luta por participação popular, pela democratização do Estado e da sociedade. A democracia participativa é elemento central para a conquista do poder popular e, portanto, da ruptura revolucionária. Desenvolver e participar de mecanismos como o orçamento participativo e os conselhos populares constituem a espinha dorsal da construção desse novo poder.

21. O capitalismo se viabilizou historicamente através de um processo político (constituição do Estado sob hegemonia burguesa) e social (de expropriação do poder que os trabalhadores tinham sobre o processo de trabalho, submetendo-os a normas disciplinárias). Para reverter esse processo histórico, a luta pelo socialismo deverá passar necessariamente pela disputa sobre o controle do processo de produção e de trabalho, pela superação do individualismo, para que os(as) trabalhadores(as) recuperem esse poder. Essa disputa tem um forte componente de luta pela hegemonia no local de trabalho e pela regulação pública das relações de trabalho.

22. **Sétimo princípio: a luta unitária do movimento sindical com os demais movimentos sociais do campo e da cidade, característica da fundação da CUT. Hoje essa unidade constrói-se a partir da pressão pelas mudanças**. A Coordenação dos Movimentos Sociais (CMS) é espaço estratégico dessa unidade. Nela, estão os movimentos sindical, estudantil, feminista, de trabalhadores rurais sem-terra, de combate ao racismo e à homofobia, organizações comunitárias, dentre outros. A agenda prioritária é aquela que impulsiona o projeto democrático e popular. Nesse sentido, as maiores e mais representativas organizações populares do país organizam-se na CMS na luta contra a retomada dos neoliberais ao poder e por avanços na melhoria das condições de vida do povo trabalhador.

REENCONTRO COM AS TRADIÇÕES CUTISTAS

23. Os aspectos positivos da conjuntura atual são resultado da acumulação política do campo democrático e popular na qual a CUT tem papel destacado. A luta de classes no Brasil somente pode ser entendida se considerarmos a importância estratégica da Central Única dos Trabalhadores. As mudanças do perfil da classe trabalhadora levam a atualizar formas organizativas para aglutinar os diversos segmentos da classe trabalhadora, sob o risco de deixarmos à margem do projeto socialista a maioria da classe trabalhadora. O sindicalismo CUTista tem extrapolado a ação sindical puramente economicista em áreas como saúde do trabalhador, políticas públicas de caráter universal, democratização do Estado, combate à opressão das mulheres e à discriminação racial, dentre outras. Isso demonstra que é o projeto CUTista que tem condições reais de superação da crise do movimento sindical

24. A recomposição do sindicalismo não passa por um ajuntamento de correntes e tradições sindicais diferentes ou adversárias. Recompor possui um sentido de reencontro do sindicalismo com suas melhores tradições, com as experiências de auto-organização solidária da classe trabalhadora, sendo o sindicato um órgão de frente única da nossa classe. A CUT reúne as condições para realizar esse reencontro com suas próprias tradições.

25. Algumas questões merecem atualização, seja pela necessidade de recuperação dos princípios, seja pelo ataque que vem sofrendo interna e externamente.

26. Os princípios constitutivos da liberdade sindical, segundo a tradição cutista não podem ser confundidos com a busca pragmática por aparelhos sindicais vazios de sentido político de classe. A decisão de criar novas entidades, por exemplo, somente adquirem sentido se estiverem esgotadas todas as características que um órgão de frente única requer.

27. O sentido da solidariedade de classe, no atual contexto do mundo do trabalho, também precisa ser atualizado. Com a profunda fragmentação sindical e a desestruturação do mercado de trabalho, qual o papel deve ser exercido pelo sindicato na construção de solidariedade de classe?

REFERÊNCIA NO PT

28. Por compreendermos que a luta econômica não encerra a luta política de classe, defendemos o engajamento da militância sindical na organização partidária e no fortalecimento da sua ação. A consciência política é adquirida na luta política realizada pelo partido, pois é nesta arena de combate que tratamos os temas que dizem respeito a toda a sociedade ou à maioria dela. A CSD, orientada por esse princípio, referencia-se no Partido dos Trabalhadores (PT) como a organização partidária que reúne a vanguarda sindical e popular de esquerda no Brasil.

Fonte: www.csd.org.br

ENTREVISTA

Rosane Silva fala sobre os 10 anos da CSD

O portal da Democracia Socialista – tendência interna do Partido dos Trabalhadores – entrevistou a companheira Rosane Silva, Secretária Nacional da Mulher Trabalhador da CUT e dirigente da CSD

Portal DS: Durante esses 10 anos, qual foi a maior contribuição da CSD para a construção da CUT? Quais foram as lutas mais importantes impulsionadas pela CSD?

Rosane Silva: Nestes 10 anos de existência da CSD sempre pautamos a importância de dirigir a CUT com as demais correntes políticas da nossa central e sempre estivemos à frente das principais lutas que a CUT têm impulsionado. Entre as mais importantes se destaca o debate e negociação com o governo sobre a política de valorização do Salário Mínimo, que culminou em um acordo do governo Lula com as centrais sindicais, que consideramos que foi a maior campanha salarial do mundo, pois envolve milhões de trabalhadores rurais e urbanos e é uma das políticas estratégicas para a distribuição de renda do nosso país. Também participamos ativamente de todo o processo de debate sobre a reforma sindical, pois a CUT, desde a sua fundação, questiona esta atual estrutura sindical vigente em nosso país. À frente da Secretaria Sindical da CUT retomamos com centralidade a luta pela redução da jornada de trabalho sem redução de salários, trazendo as demais centrais para essa campanha protagonizada pela CUT. Atualmente temos impulsionado a luta das mulheres e da juventude no interior da CUT e, junto com a presidência da central, temos coordenado a Jornada pelo Desenvolvimento, onde questionamos o atual modelo de desenvolvimento e apresentamos para a sociedade brasileira a nossa opinião sobre qual modelo de desenvolvimento devemos construir no Brasil, um modelo que distribua renda, valorize o trabalho, garanta a sustentabilidade e que tenha o estado como o principal indutor do crescimento com políticas públicas de estado que rompam com as desigualdades sociais.

Portal DS: Como você analisa o crescimento da CSD nesses 10 anos?

RS: A nossa corrente hoje está presente em torno de 17 estados, nos principais ramos de atividade da CUT. Isso tudo é fruto desta nossa visão que a CSD implementa no movimento sindical combativo brasileiro, de que para se construir uma sociedade socialista, devemos participar ativamente dos espaços sociais, implementando na nossa prática cotidiana os princípios fundadores da CSD: A CUT como o instrumento da classe trabalhadora capaz de construir com outros atores sociais a revolução democrática no nosso país; o socialismo como o projeto político estratégico que queremos construir; e a democracia como um principio da prática cotidiana dos socialistas.

Portal DS: Como você avalia o papel da CSD na disseminação da pauta feminista no interior do movimento sindical

RS: A CSD, à frente da Secretaria Nacional de Mulheres da CUT, trouxe para o movimento sindical a luta feminista, que debate hoje com centralidade a autonomia política, econômica e social das mulheres, onde nós mulheres possamos ser livres para decidir sobre as nossas vidas. Levamos também para o movimento feministas com muita ênfase a luta das trabalhadoras por políticas públicas estruturantes para garantir a nossa autonomia, como a luta por creches públicas de qualidade e de tempo integral; a luta por salário igual aos dos homens - hoje as mulheres recebem em média 30% a menos do que recebe um homem, mesmo tendo mais escolaridade que os homens; a luta para que todas as trabalhadoras e trabalhadores tenham os mesmos direitos, pois hoje nosso país temos 7 milhões de trabalhadoras que tem menos direitos trabalhistas que os demais trabalhadores, como é o caso das trabalhadoras domésticas, que são majoritariamente de mulheres negras. Além disso, pautamos temas como o debate do aborto - já que nossa central tem posição pela descriminalização e legalização do aborto desde 1991 - e a luta pelo combate à violência contra as mulheres, com a implementação da lei Maria da Penha, que foi uma vitória importante do movimento feminista e de mulheres.

Portal DS: Quais os principais desafios para a CUT no próximo período?

RS: Nosso principal desafios será o de impulsionar a luta no nosso país, na perspectiva de construir um novo modelo de sociedade e aprofundar as mudanças pelas quais vem passando o Brasil. Para isso é fundamental avançar na reforma agrária, organizando a luta para a atualização dos índices de produtividade, massificar a mobilização pela redução da jornada de trabalho, pressionar pelo fim do fator previdenciário e retomar com centralidade o debate e a luta por uma reforma politica democrática, que amplie os

mecanismos de participação direta da população, com vistas a implantação do Orçamento Participativo no âmbito federal. Outras lutas fundamentais são a democratização dos meios de comunicação, a luta por políticas afirmativas para as mulheres, o aumento das politicas públicas para a juventude, negros e negras e participar ativamente de todo o processo de construção da Rio+20, questionando este modelo de sustentabilidade em curso no Brasil e no mundo.

Portal DS: Como a CSD pode influenciar a CUT para que essa assuma um papel de vanguarda no aprofundamento da revolução democrática brasileira?

RS: A CSD é a corrente politica que tem trazido este debate para o interior da CUT. Penso que podemos influenciar a CUT no sentido de debater como o movimento sindical cutista pode de fato ser parte ativa da revolução democrática brasileira, impulsionando lutas que mudem a vida da classe trabalhadora e que traga para o centro do debate a disputa de modelo de sociedade. Defendemos uma sociedade que distribua renda, valorize o trabalho e radicalize na democracia. Junto com o povo brasileiro vamos construindo democraticamente uma sociedade que promova os direitos à igualdade e que saiba construir novos modos de organizar a vida social para além da mercantilização e do autoritarismo do capital .

Fonte: http://www.democraciasocialista.org.br, em 01/03/2012

O PAPEL DA CUT NO APROFUNDAMENTO DAS CONQUISTAS DEMOCRÁTICAS[1]

O professor da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Juarez Guimarães, em nossa primeira oficina, sistematizou a história da CUT em três períodos relacionados ao Estado brasileiro. Para ele, a Central tem cumprido papel imprescindível no que denominou de revolução democrática brasileira.

IDEIA DE REVOLUÇÃO DEMOCRÁTICA

"O conceito de revolução democrática vem sendo elaborado no interior da esquerda brasileira e latinoamericana. É um esforço de interpretação das transformações em curso no continente. A ideia central é que não se trata apenas de uma reforma, mas construção de outro Estado.

Significa nova estrutura de direitos e deveres que se refere tanto à distribuição da propriedade, as formas de organização dos tributos e dos gastos públicos, as relações de gênero, as relações de cidadania e culturas étnicas, as questões ecológicas. Ou seja, questões que dizem respeito aos direitos da classe trabalhadora diante dos capitalistas.

Significa, também, reformar as instituições que organizam quem decide; porque se decide; como se decide. Em terceiro

> Trata-se de superar a cisão histórica do marxismo brasileiro: um marxismo que fala em classe e outro marxismo que fala em povo. Essa superação se dá ao falarmos em povo e classe ao mesmo tempo. A classe trabalhadora faz parte do povo brasileiro, organiza o povo brasileiro, estrutura o povo brasileiro

[1] Publicado em *Revista da Jornada pelo Desenvolvimento*, n.1. São Paulo: CUT, 2011.

lugar, significa construir a soberania de um Estado que foi formado desde sempre com limitação de soberania perante os outros Estados devido a sua história colonial, periférica ou semiperiférica. Portanto, a revolução democrática significa instaurar mais plenamente a soberania democrática.

Por que democrática? Porque trabalhamos com uma mudança através da participação ativa das maiorias. Trata-se de explorar a radicalidade das possibilidades da democracia. Já superamos da nossa cultura a oposição entre democracia direta e representativa. Reivindicamos a democracia participativa, que é uma combinação de democracia representativa direta e semidireta, utilizando todas essas possibilidades de participação.

Trabalhamos com o conceito de liberdade que é republicano e não liberal. Em outras palavras, a ideia de autogoverno e autonomia de cidadania, que conjuga democracia com pluralismo e direito das minorias. Este, por sua vez, não se expressa em privilégios, mas no respeito ao pluralismo e ao direito das minorias.

> Economia pública é aquela economia em que os setores fundamentais do financiamento, da inovação científica e aqueles considerados fundamentais para a reprodução da vida social são predominantemente públicos

Fazer a revolução democrática é operar uma mudança de fundamentos do Estado brasileiro, democraticamente, numa temporalidade larga. Isto é, rejeitar a ideia de revolução concentrada apenas no momento. Significa pensar nos tempos longos da república brasileira. Um tempo que nos permite compreender a CUT como, por exemplo, herdeira da luta dos primeiros trabalhadores brasileiros insurgentes que são os quilombolas. É pensar a CUT numa tradição muito antiga e renovada de luta. Significa também, pensar ou repensar a própria história da CUT com relação a história do trabalhismo brasileiro, fugindo de um conceito redutor e simplificador que designa pejorativamente a tradição trabalhista como populista. Esse discurso é perigoso. O título do livro do Instituto Fernando Henrique Cardoso sobre a América Latina é "Mudança sem populismo". Sabemos o que isso significa: é mudança sem povo.

A ideia de revolução democrática incorpora decisivamente a importância da cultura política. A cultura política da classe trabalhadora não pode ser pensada como separação entre cultura de vanguarda e cultura de massas. Deve-se pensar em cultura política de um socialismo democrático de massas. Trata-se de superar a cisão histórica do marxismo brasileiro: um marxismo que fala em classe e outro marxismo que

fala em povo. Essa superação se dá ao falarmos em povo e classe ao mesmo tempo. A classe trabalhadora faz parte do povo brasileiro, organiza o povo brasileiro, estrutura o povo brasileiro.

Essa superação permite que nos apropriemos de conceitos fundamentais a partir da nossa tradição socialista. Exemplo disso é a ideia de desmercantilização, que significa que os bens e serviços fundamentais à reprodução da vida social da classe trabalhadora não devem ser mercadoria; devem ser direitos de cidadania e, portanto, são desmercantilizados. Outro exemplo é o conceito de desfamiliarização; isto é, a classe trabalhadora é feminina e, portanto, os direitos das mulheres devem ser inseridos na construção das instituições públicas. Isso é fundamental para construir os direitos da classe trabalhadora. Significa retirar a dominação patriarcal das estruturas sociais e dos direitos e a ideia da cidadania ativa. Os direitos são decididos a cada momento histórico por meio da cidadania ativa. São direitos progressivos, em permanente construção e então fixados historicamente.

Essa ideia muito radical de direitos da desmercantilização, da desfamiliarização e da cidadania ativa deve ser relacionada com a ideia de uma economia pública. Economia pública é aquela economia em que os setores fundamentais do financiamento, da inovação científica e aqueles considerados fundamentais para a reprodução da vida social são predominantemente públicos. Público abarcaria três possibilidades coerentemente articuladas.

A primeira, o Estado democrático. A intervenção do Estado na economia é diferente da intervenção do Estado democrático na economia socialmente controlada, democraticamente gerida.

Em segundo lugar, significa regulação a partir de critérios públicos, que é exatamente o contrário do que fazem as maiores agências reguladoras no Brasil. Elas foram criadas exatamente para maximizar o privatismo e a lucratividade de setores, para normatizar, para estabelecer obstáculos jurídicos aos direitos dos cidadãos perante esses setores. Significa regular, então, do ponto de vista público.

E a terceira dimensão desse setor público da economia seriam as formas públicas, não necessariamente estatais, não necessariamente capitalistas. Podemos utilizar como exemplos as formas cooperativas, de fundos públicos, de autogoverno, de autogestão, de economia solidária, dentre muitas outras. A expansão desse setor público da economia do setor público cria a base material do desenvolvimento da democracia participativa. Não é possível desenvolver democracia participativa sem esse fundamento econômico. Ao mesmo tempo, essa democracia participativa é que possibilita o avanço na radicalização dos direitos e na construção desse setor público que é democrático. E democraticamente gerido. Essa economia pública é diferente da chamada economia mista, oriunda da social democracia. Economia mista seria exatamente a conjugação do Estado com o setor privado, o Estado funcional para acumulação capitalista. Temos que tra-

balhar com um conceito diferente de economia do setor público, que se integra no mercado, regulando-o naqueles setores considerados fundamentais.

A CUT E O ESTADO BRASILEIRO

Podemos sistematizar em três momentos a história da CUT em sua relação com o Estado brasileiro. Entre 1982 e 1989, a CUT se forma a partir de uma cultura classista. Um movimento ascendente muito paralelo ao do PT, com agenda centrada no conflito distributivo.

Somos o país do mundo que mais fez greve nos anos 80, fundamentalmente por reposição salarial. Esse processo legitimou e nacionalizou a construção da CUT, assim como desenvolveu sua cultura sindical. Era a cultura do contrato coletivo. Encerramos aquela década erguendo a bandeira anti-CLT, anti-Estado.

Essas foram características que marcaram o primeiro momento da história da CUT em relação ao Estado: cultura classista, agenda do conflito distributivo e cultura sindical baseada no contrato coletivo.

A segunda fase parte de 1989 e vai até 2002, percorrendo, portanto, toda a década de 1990. A CUT passa a falar em cidadania, dos direitos dos/as cidadãos/ãs. Começa a se relacionar com a cultura do nacional-desenvolvimentismo e com a cultura da social-democracia europeia. Traz para dentro de si repertórios possíveis de resistência ao neoliberalismo.

Mostra, assim, o grau de ofensividade da CUT na nova conjuntura, uma nova agenda então pós neoliberal. Respira tempos novos de possibilidade de luta. O impacto na cultura sindical aparece no processo mais amplo de defesa da democratização do Estado brasileiro. A questão que se coloca é: qual Estado?

Nos anos neoliberais, a CUT apresentava uma cultura de resistência. A agenda fundamental era a defesa dos empregos. A CUT chega ao final desse período repensando a oposição contrato coletivo versus direito legislado e mais, compondo essas duas dimensões. Propõe, então, uma revisão democrática da CLT e a absorção não corporativa do contrato coletivo. Não defende mais a saída do Estado. Quer o Estado democrático dentro, aumentando as possibilidades de disputar com os patrões, de criar novos direitos e de transmiti-los para o direito legislado.

O terceiro período tem início em 2002 e permanece em 2009. Esse período tem dois momentos distintos. Os primeiros anos foram muito sofridos para a CUT, interpelando o Governo, que estava com a macroeconomia desfocada com a agenda desenvolvimentista.

A CUT começa a falar em emprego e salário e trabalha a ideia de reforma sindical – que fica empacada em função, principalmente, da correlação de forças muito negativa no congresso. O segundo momento desse período começa em 2005, atravessando a crise política daquele ano. É uma fase mais ofensiva de reposição dos direitos da classe trabalhadora. Uma cultura de recuperação desses direitos em que combina salário mínimo com aumento dos salários conquistados nas negociações e a introdução de uma campanha nacional pelas 40 horas.

Mostra, assim, o grau de ofensividade da CUT na nova conjuntura, uma nova agenda então pós neoliberal. Respira tempos novos de possibilidade de luta. O impacto na cultura sindical aparece no processo mais amplo de defesa da democratização do Estado brasileiro. A questão que se coloca é: qual Estado?

A CUT E A REVOLUÇÃO DEMOCRÁTICA

Estamos impulsionando uma revolução democrática. Esse movimento democrático é composto de três elementos: sufrágio universal, uma democracia muito ampla e competitiva e políticas públicas que incorporam as maiorias e, com isso, criam bases políticas.

Nos anos 80, nós falamos em trabalhador. Nos anos 90, falamos de resistência ao neoliberalismo e em direitos de cidadania. Agora, talvez seja o momento de falar em cidadania a partir de valores socialistas, isto é, trazendo para essa ideia de cidadania aquilo que nós estávamos dizendo: desmercantilização, desfamiliarização, direito da mulher trabalhadora no centro da agenda. É cidadania ativa como produção de direitos.

Alguém dirá: é impossível colocar tardiamente uma agenda avançada de construção tão radical de Estado do bem estar social num país periférico. Nós temos legitimidade hoje para dizer publicamente para a sociedade que não é correto que um trabalhador brasileiro tenha saúde de segunda categoria e o rico possa comprar saúde de primeira categoria. Que é um direito do trabalhador ter uma saúde de qualidade.

Na educação, o governo Lula fez muito. Na saúde há uma política frontal do PSDB de derrotar o SUS, de retirar financiamento do SUS, de construir organizações privadas de atendimento de saúde e de estimular planos privados. Qual a responsabilidade dos sindicatos e da CUT perante o SUS?

É um discurso amplo; é um discurso socialista. É um discurso radical e ao mesmo tempo socialista. Nós temos ampla legitimidade perante as mulheres trabalhadoras brasileiras de defender mais creches, mais direitos reprodutivos, mais direitos da mulher trabalhadora, que seja incorporado às políticas públicas de modo central como se faz em alguns estados de bem estar social.

Sobre as possibilidades do nacional-desenvolvimentismo, é importante ressaltar que o regime militar construiu as suas instituições. Eu falo de suas instituições importantes, duráveis, como o Banco Central.

De certa maneira, estamos hoje reinventando o BNDES, as funções do Banco do Brasil e da Caixa Econômica e reinventando as funções da Petrobrás, que se lança agora na construção de uma super matriz energética. Mas, ainda não fomos capazes de tomar o Banco Central dos liberais.

Uma questão fundamental é tomar e republicanizar o Banco Central. Desenvolver as formas da economia do setor público segundo essa lógica: democratização do Estado, regulação do setor privado a partir do público e desenvolvimento macroeconômico das experiências de cooperativismo de economia solidária.

A CUT pode ser protagonista da formação desse setor público. Porém, não corporativamente. Não pode ser através de uma lógica estreita de uma categoria ou outra, mas enquanto uma lógica pública deve aspirar sua participação na direção dessa economia do setor público. A CUT deveria fazer um grande investimento formativo de construir os gestores trabalhadores dessa economia do setor público.

Por fim, é necessário ter uma compreensão muito ampla de que a classe trabalhadora está mudando no Brasil. Esta revolução democrática, esse processo de incorporação de direitos, salário mínimo, educação, habitação, formalização do mercado de trabalho, está criando uma nova classe trabalhadora no Brasil

A ação sindical da CUT, nesta dimensão, pode combinar o processo de democratização das instituições brasileiras e também do judiciário brasileiro. Pode radicalizar esta operação construtiva de combinar o direito legislado com as negociações coletivas de trabalho, com novos direitos produzidos nas negociações coletivas. O principal direito inclusive a ser conquistado é o direito democrático de superar a ditadura dos patrões nas fábricas e nos locais de trabalho, de não permitir a organização por local de trabalho. Não falam o tempo todo em democracia? Mas qual democracia?

Por fim, é necessário ter uma compreensão muito ampla de que a classe trabalhadora está mudando no Brasil. Esta revolução democrática, esse processo de incorporação de direitos, salário mínimo, educação, habitação, formalização do mercado de trabalho, está criando uma nova classe trabalhadora no Brasil. Os publicitários de *marketing* já descobriram isso. Eles dizem: "Criou-se uma classe C", que é o pessoal que ganha 950, 1.500 reais, cerca de 100 milhões de pessoas. Temos os beneficiários do Programa Bolsa Família, em torno de 40 milhões de pessoas.

A classe trabalhadora brasileira está passando por um processo de renovação, que tem a ver com aspiração da CUT. Se a CUT não existisse, não estaria havendo essa transformação. Essa transformação é

parte do programa e da identidade da CUT e ela tem que colar-se nessas transformações, ser proativa nas campanhas de sindicalização frente a essa chamada classe C, que é fundamentalmente trabalhadora. Deve ser proativa em campanhas de alfabetização, em campanhas de restauração de dignidade de mulheres, de negros, desses 40 milhões de brasileiros que estão adentrando numa lógica de inserção. Trata-se da futura base da CUT. Devem ser vistos como parte; constituindo organicamente a base social da Central.

A CUT pode, portanto, renovar-se na revolução democrática, assumindo o protagonismo na formação da nova classe trabalhadora no Brasil" .

COORDENAÇÃO NACIONAL DA CSD (2012-2015)

Alagoas: Girlene Lazaro da Silva, Luciano Farias, Josemilson da Silva Dias
Bahia: Itaparica, Rita Capinan
Ceará: Maria José Soares(Mazé), Sobrinho
Distrito Federal: Daniel Gaio
Minas Gerais: Neemias Souza, Maria Ferreira
Pará: Rosalina
Paraná: Isabel Catarina, Hermes Leão, Marcela Bonfim, Valdir Mestriner
Rio de Janeiro: André Marinho, Neuza Pinto
Rio Grande do Norte: José Rodrigues de Souza
Rio Grande do Sul: Mariane Travi Ceconello, Juberlei Barcellos
Santa Catarina: Adércia Hostin
São Paulo: Carlos Eduardo Brito

CUT Nacional: Anderson Campos, Dary Beck Filho, Léa Marques, Maria Luiza da Costa, Rosana Sousa, Rosane Silva

A CN-CSD foi eleita com paridade de gênero, 40% de negros e negras e 28% de jovens.

Os companheiros e companheiras membros das executivas nacionais das Federações, Confederações e da Confederação Sindical das Américas (CSA) são convidados/as permanentes da Coordenação Nacional da CSD.

CUT
SINSEXPRO
SUBSEDE CUT
VALE DO RIBEIRA
Combate à precarização do trabalho e à terceirização
Fim do Imposto Liberdade e Autonomia

www.csd.org.br